

RAPHAELA DOS SANTOS BARBOSA DE SOUZA

O *BULLYING* E O PAPEL DA ESCOLA: uma discussão a partir da análise da primeira temporada da série “13 Reasons Why”

**Rio de Janeiro
2022**

RAPHAELA DOS SANTOS BARBOSA DE SOUZA

O *BULLYING* E O PAPEL DA ESCOLA: uma discussão a partir da análise da primeira temporada da série “13 Reasons Why”

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientador: Marcello de Moura Coutinho.

Rio de Janeiro

2022

Dedico esse trabalho àqueles e àquelas que sobrevivem ao bullying diário, mas principalmente aos que não conseguiram.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz), por ter me dado a oportunidade de estudar numa instituição de ensino de alta qualidade, e que futuramente sei que vai fazer a diferença no meu âmbito profissional, e que conseqüentemente me deu a oportunidade de escrever essa monografia que com certeza fez parte da minha evolução em diversos quesitos. Ademais, agradeço à EPSJV-Fiocruz pelo apoio institucional e acadêmico por meio da concessão da bolsa de pesquisa, no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIC).

Agradeço aos meus pais, Marco Antonio e Cristiane dos Santos, por serem pais excepcionais, que sempre estiveram presentes em todas as fases da minha vida, me apoiando e dando suporte para o que eu precisasse, principalmente quando se trata dos estudos, a fim de garantir que eu tenha um futuro excelente. Além disso, é graças a eles que sou quem sou hoje, e é por eles que faço tudo o que está ao meu alcance para retribuir tudo o que fizeram e ainda fazem por mim, nesses dezoito anos de vida.

Agradeço a meu professor e orientador Marcello de Moura Coutinho que aceitou o meu convite para me orientar e que desde o início se mostrou disposto em me ajudar nessa longa jornada, me auxiliando e ensinando da melhor forma possível. Outrossim, digo com toda a certeza que eu não poderia ter escolhido orientador melhor para me auxiliar nessa etapa, uma vez que mesmo com todas as dificuldades continuou por se mostrar tão interessado com minha monografia e por ter me ajudado tanto. Sendo assim, agradeço por ter feito possível e o impossível para a concretização não só de um projeto, mas de um sonho.

Agradeço a todos os meus professores e profissionais que tive contato na EPSJV-Fiocruz, por terem feito parte da minha trajetória acadêmica em todo o ensino médio – técnico, por terem me ensinado tanto e por me passarem tanta sabedoria que se aplica dentro e fora de sala, e conseqüentemente, mudando minha visão de mundo e do que há nele.

Agradeço aos meus amigos que são mais que especiais para mim: Gabriel Barros; João Pedro Vianna; Júlia Koppe; e, Julia Pessoa; por suas amizades e por terem feito parte dessa fase importante da minha vida e, por estarem à disposição para qualquer coisa que eu precisasse, em especial, ao meu amigo e companheiro Leonardo William que sempre esteve ao meu lado me

incentivando, fazendo com que eu não me desse por vencida, não só quanto à monografia, mas também em outros âmbitos importantes na minha vida.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (Paulo Freire).

RESUMO

Esta monografia aborda o conceito geral e histórico relativo ao termo *bullying*, trazendo uma problematização para a contemporaneidade, a partir da análise da primeira temporada da série “13 Reasons Why” ou “13 porquês”, sendo norteadas pela questão: “Como a escola deve se posicionar em casos de *bullying*?”. Tem como objetivo geral: identificar as práticas de *bullying* presentes na primeira temporada da referida série, relacionando-a com casos similares em escolas brasileiras, além de analisar a forma como age nesse tipo de situação, tanto na série, quanto na realidade social, fazendo assim uma comparação. São destacadas as possíveis causas para a ocorrência da prática do *bullying* e as consequências para quem sofre, por conta de ser vítima. Conclui-se, que é de suma importância que as instituições de ensino desenvolvam estratégias de prevenção e enfrentamento, as quais devem passar, necessariamente, pela conscientização de toda a comunidade escolar, bem como da família, no sentido de garantir um ambiente seguro e saudável, presencial e virtual. Conclui-se ainda que, a prevenção e o enfrentamento ao *bullying*, enquanto prática que infringe os direitos humanos, também é responsabilidade do Estado.

Palavras-chave: 13 Reasons Why. *Bullying*. Papel da Escola. Adolescente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08 8
METODOLOGIA.....	14
CAPÍTULO 1 – SUICÍDIO: DIALOGANDO COM DURKHEIM E MARX A PARTIR DA SÉRIE “13 REASONS WHY”	15
CAPÍTULO 2 – DISCUTINDO O <i>BULLYING</i> E O PAPEL DA ESCOLA	26
CAPÍTULO 3 – <i>BULLYING</i> ESCOLAR NO BRASIL: ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO: UM OLHAR COM BASE NA SÉRIE “13 REASONS WHY”	40
CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

Inicialmente, houve muitas dúvidas quanto à escolha do tema de estudo para o desenvolvimento da monografia. Posteriormente, a autora decidiu investir em seu gosto pessoal por séries veiculadas nos serviços de *streaming*, bem como no desejo de tratar de algo que envolvesse as instituições escolares de maneira geral.

A partir daí, surgiu o interesse em estudar a famosa série “13 Reasons Why” (“Os 13 Porquês”), a qual após o seu lançamento, em 2017, gerou muita repercussão por tratar de questões sensíveis, tais como: *bullying*; violência sexual; e, suicídio. Esta série é uma adaptação baseada no livro homônimo do escritor estadunidense Jay Asher, tendo sido, inclusive, a sua primeira publicação.

Asher nasceu em Arcadia, na Califórnia (EUA), em 30 de setembro de 1975. É casado com Joan Marie desde 2002 e tem três filhos, cujos nomes são Isaiah, Henry e Gabriel. Estudou por um período na Califórnia Polytechnic State University, em San Luis Obispo, para ser professor de educação infantil, mas acabou desistindo, pois queria seguir a carreira de escritor, que se iniciou quando começou a escrever livros ilustrados para crianças, além de ter trabalhado em loja de sapatos, bibliotecas e livrarias.

O referido escritor publicou quatro livros: “13 Reasons Why”; “O Futuro de Nós”, publicado em 2011; “What light” (“Aquela luz”), de 2016; e, “Piper”, de 2017. E em 2018, foi expulso da Sociedade de Escritores e Ilustradores de Livros Infantis, após especulações de que teria praticado assédio sexual, apesar de afirmar que a sua saída se deu por escolha própria. Declarou-se fã da série “How I met your Mother”, a qual o teria ajudado em seu trabalho como escritor (CANALTECH, [s/d]).

Além disso, Asher escreveu principalmente, romances voltados para o público jovem, mas ficou realmente conhecido por conta do livro “13 Reasons Why” que se tornou um *bestseller*, segundo o jornal New York Times.

Esse livro é um romance publicado em 2007, surgiu após uma experiência familiar do autor, na qual um parente que estava no Ensino Médio, acabou suicidando.

Com isso, achou que poderia ser uma boa ideia, escrever um livro a respeito. Seu objetivo era o de entreter as pessoas, mas também o de conscientizar, particularmente, os adolescentes, sobre questões muito sérias, levantadas tanto no livro, quanto na série (MACEDO et al., 2018).

Tendo em vista o sucesso editorial de “13 Reasons Why”, a plataforma de *streaming* Netflix decidiu fazer então, uma adaptação produzida pela Paramount Television em formato de série, lançada em 2017, a qual ficou a cargo de Brian Yorkey, obtendo grande sucesso.

Com efeito, ao assistir a série é possível perceber que é retratado nitidamente, o que acontece geralmente com muitos adolescentes que sofrem, por conta de serem vítimas de *bullying*, ficando clara, a forma como geralmente a família e as escolas costumam lidar com esse problema, de forma a considerá-lo como algo “fútil” e “sem grande importância”, ou seja, como se fosse “comum da idade”, uma prática que sempre ocorreu, mas mudou de nome ou até mesmo como uma “brincadeira”.

Tal fato chama muita atenção, pois demonstra a necessidade de haver ações e estratégias de prevenção e enfrentamento da prática do *bullying*, bem como, o enfrentamento da falta ou da precariedade de apoio, não apenas da escola, mas da família e do Estado também.

De acordo com Linardi (2010), *bullying* é um termo de origem inglesa, derivada de “*bully*”, que tem como significado em português, “valentão” e, o sufixo – “*ing*”, tem como finalidade, indicar a ação de intimidar alguém.

É possível constatar a importância da discussão acerca desse tema, pois o número de casos vem aumentando progressivamente, mas não parece ter tanta notoriedade, principalmente, nas instituições de ensino, as quais deveriam ser sempre um lugar acolhedor, onde os estudantes pudessem ser eles mesmos, sem terem medo ou se sentirem ameaçados.

Portanto, essa monografia tem como objetivo geral, problematizar o papel da escola em relação ao *bullying*, a partir da análise da primeira temporada da série “13 Reasons

Why”. E mais especificamente, identificar as práticas de *bullying*, fazendo paralelos com situações similares em escolas públicas brasileiras de Ensino Médio; e, analisar a forma como essas escolas agem em relação aos casos de *bullying* identificados.

A série retrata centralmente a vida da personagem protagonista, a adolescente Hannah Baker, vítima de assédio, estupro e *bullying* por colegas de sua escola, a Liberty High School. Vale destacar que, essa situação acabou resultando em seu suicídio. Após esse desfecho trágico de sua vida, todas as pessoas envolvidas diretamente ou não, receberam uma fita cassete gravada por ela, contendo o que cada um teria feito, na sua visão, para contribuir com o seu suicídio, totalizando treze fitas.

É possível perceber que a série “13 Reasons Why” é um excelente meio para estimular a problematização da prática do *bullying* entre adolescentes e jovens, mostrando também as inúmeras consequências que uma “brincadeira”, segundo o que alegam comumente os agressores, pode ocasionar.

Sendo assim, se reforça o papel da instituição escolar em relação ao *bullying*. Na referida série, Hannah Baker foi estuprada, mas a sua escola foi omissa e negligente, revelando grave irresponsabilidade institucional, pois deveria tê-la acolhido e tomado as devidas providências, a fim de evitar o seu sofrimento que acabou resultando em suicídio.

Desse modo, Carrino e Giroto (2020) problematizam a série “13 Reasons Why”, entendendo que apesar da referida produção audiovisual voltada, principalmente, para adolescentes trazer para o grande público temas antes silenciados, tais como *bullying*, suicídio e violência sexual, no âmbito escolar, não foram tomados todos os cuidados necessários. Isto porque, em cenas como as de abuso sexual, há um longo tempo dedicado à esta violência, o que pode ser entendida, em certa medida, como uma espécie de “espetacularização”. Além disso, os autores supracitados postulam que:

[...] Hannah articula por meio de seus conceitos e ideologias, um aglomerado de vozes opacas e sufocadas pelas circunstâncias de sua vivência, com aspectos de intolerância, vergonha, medo e abusos que vem sofrendo em sua adolescência, um dos olhares que mais grita por atenção remete a violência sexual sofrida por Hannah e por outras personagens da série. Com declinações voltadas para a ideação suicida, a série também transmite fortemente o abuso

sexual, em sua primeira temporada um dos panoramas de grande foco remete ao abuso sexual que ocorre com a personagem Hannah e Jéssica, sendo estas abusadas sexualmente por Bryce Walker (Justin Prentice). Estas cenas e aspectos se entrelaçam com o enredo escolar, considerando que as personagens possuem o vínculo escolar, bem como Hannah tentou dialogar em relação ao assunto com o conselheiro da escola Kevin Porter (Derek Luke), a aluna iniciou o assunto com Kevin, falando sobre o estupro, tal como emergindo indícios de sua ideação suicida. Hannah ainda vinha por meio de poemas, articular tais fragmentos para os professores. Porém, em diversos momentos fica notório por meio das cenas que a escola se demonstrou pouco interessada por Hannah, permeando uma condução omissa frente às informações da aluna. Na série também é articulado de forma bem notória as problematizações da vítima que sofre o abuso sexual, emergindo as dificuldades em dialogar com os pais sobre o assunto, assim como a abordagem do assunto com seus amigos e escola. A vítima do abuso se sente violada, distante e confusa perante os fatos, se sentindo impotente e incapaz em realizar algo, principalmente em face ao estuprador, interpondo aspectos de medo e repulsa (CARRINO e GIROTO, 2020, p. 15973).

Como afirmado anteriormente, a protagonista é uma adolescente, a qual para as pessoas ao seu redor, não aparentava possuir qualquer tipo de transtorno mental, pois era uma pessoa bem comunicativa e sem inimigos conhecidos. Vale destacar que, apenas os telespectadores da série têm elementos para perceber os dilemas da protagonista.

Com efeito, Santos (2018) faz um relato, transcrito parcialmente no trecho abaixo:

Hannah adereçou o assunto em suas fitas e Justin Fowler, namorado de Jéssica e personagem principal da primeira fita de Hannah, era uma testemunha do caso. Apesar disso, mesmo após a grande maioria dos envolvidos terem ouvido as fitas, os personagens insistem em preservar Bryce Walker, chegando ao ponto de esconder a verdade de Jessica Davis, que passa a agir de maneira errática, apresentando problemas com alcoolismo do meio para o final da série, enfrentando um processo de sofrimento mental intenso. O segundo estupro acontece no episódio doze: É o estupro de Hannah Baker. Sem qualquer som além do som das respirações rasgadas, da água da banheira e do choque de corpos, os ângulos dessa cena são sempre fechados em detalhes. A mão de Bryce abaixando as roupas de baixo de Hannah, a mão da

personagem, primeiro tensionada e depois lânguida, assim como o seu rosto encostado na borda da banheira, o qual assume uma expressão de apatia em meio caminho durante o ato e permanece assim por vários segundos, encarando o nada (SANTOS, 2018, p. 58).

Com efeito, é possível afirmar que essa situação fictícia se repete de forma similar, em muitas escolas no mundo, inclusive, no Brasil. No entanto, se entende que poderia ser diferente, caso as escolas estivessem melhor preparadas para oferecer um apoio mais qualificado a seus estudantes e familiares. Sendo assim, é observada a importância da discussão acerca da temática da violência escolar, pois o número de casos de *bullying* e violência sexual vem aumentando cada vez mais, mas não parecer ter tanta notoriedade, principalmente, nas instituições escolares que deveriam ser sempre um lugar de proteção e acolhimento. A partir disso, se mostra quão necessária é uma intervenção escolar, mesmo que não se peça ajuda explicitamente, é de suma importância que a escola garanta o suporte adequado às vítimas de *bullying*, pois do contrário, poderá ocorrer um desfecho fatal como na referida série.

Cabe destacar, a consequência trágica de um caso de *bullying* ocorrido no Brasil que aconteceu em Realengo, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, em abril de 2011, no qual um ex-aluno voltou à sua antiga escola e atirou nos estudantes que estavam lá no momento, ceifando a vida de muitos e ferindo gravemente tantos outros. O motivo teria sido o fato de ter sido, anteriormente, vítima de *bullying* na mesma escola. Conforme Canavêz (2015):

[...] o apelo popular em decorrência da produção desse fenômeno chamado *bullying*, tendência expressivamente fomentada, sobretudo no Rio de Janeiro, pelo tão comentado episódio ocorrido em uma escola de Realengo, bairro da zona norte [Zona Oeste] da capital fluminense, em abril de 2011. Em uma manhã de quinta-feira, um ex-aluno retornou à unidade escolar onde cursara parte de seu processo de escolarização e abriu fogo, deixando alunos mortos e feridos. O ex-aluno teria sido “vítima de *bullying*”, fato capaz de deixar as marcas indeléveis que o teriam impelido a ser o protagonista de tamanha tragédia, na expectativa da consecução de uma vingança *a posteriori*, uma das hipóteses veiculadas pela mídia [...]. O cenário que faz recair sobre o

bullying as inúmeras forças desencadeantes de um fato como o citado revela-se deveras reducionista. Todavia, o endereçamento feito aos especialistas capazes de “solucionar” seus pretensos aspectos desencadeantes e de trabalhar para a “prevenção” de situações disruptivas como esta tem sido a marca da demanda colocada ao profissional da Educação e, sobretudo, àquela endereçada à Psicologia. Com efeito, essa demanda também se faz notar em diversas esferas da sociedade que anseiam por uma reflexão (ou melhor, “solução”) sobre os conflitos que atravessam o cotidiano escolar, tarefa à qual a Psicologia Escolar e Educacional é inequivocamente convocada sob a justificativa de que funcionariam como entraves ao processo ensinoaprendizagem (CANAVÉZ, 2015, p. 272-273).

Pode-se questionar o seguinte: “Assassinar outras pessoas vai mudar o que aconteceu com ele?”. Talvez, a intenção nem fosse assassinar aqueles alunos, até porque não foram os que praticaram *bullying* contra ele, mas pode ser pelo fato de tentar afetar a escola de alguma forma, por essa não o ter ajudado. Não há como saber o que se passou na cabeça daquele jovem, mas com certeza precisava de ajuda e caso tivesse recebido, possivelmente não teria ocorrido tal tragédia

A monografia está estruturada da seguinte forma: Na **Introdução** é apresentada a temática proposta, bem como são descritas as motivações do estudo e explicitados os objetivos (geral e específicos); na **Metodologia** é destacada a forma como foi desenvolvido o estudo; no **Capítulo 1 – Suicídio: dialogando com Durkheim e Marx a partir da série “13 Reasons Why”**, a discussão do suicídio é realizada por meio de um diálogo com as obras de Émile Durkheim e Karl Marx a respeito dessa temática, a partir da primeira temporada da série “13 Reasons Why”; no **Capítulo 2 – Discutindo o *Bullying* e o Papel da Escola**, procura contemplar o primeiro objetivo da pesquisa aqui empreendida; no **Capítulo 3 – *Bullying* Escolar no Brasil: algumas estratégias de prevenção e enfrentamento: um olhar com base na série “13 Reasons Why”**, são apresentadas algumas estratégias de prevenção e enfrentamento do *bullying* escolar no Brasil, procurando fazer uma articulação com a referida série; com relação à **Conclusão** são elaboradas as considerações finais e a indicação de contribuição para futuros estudos; e, por fim, nas **Referências** é apresentada a bibliografia utilizada.

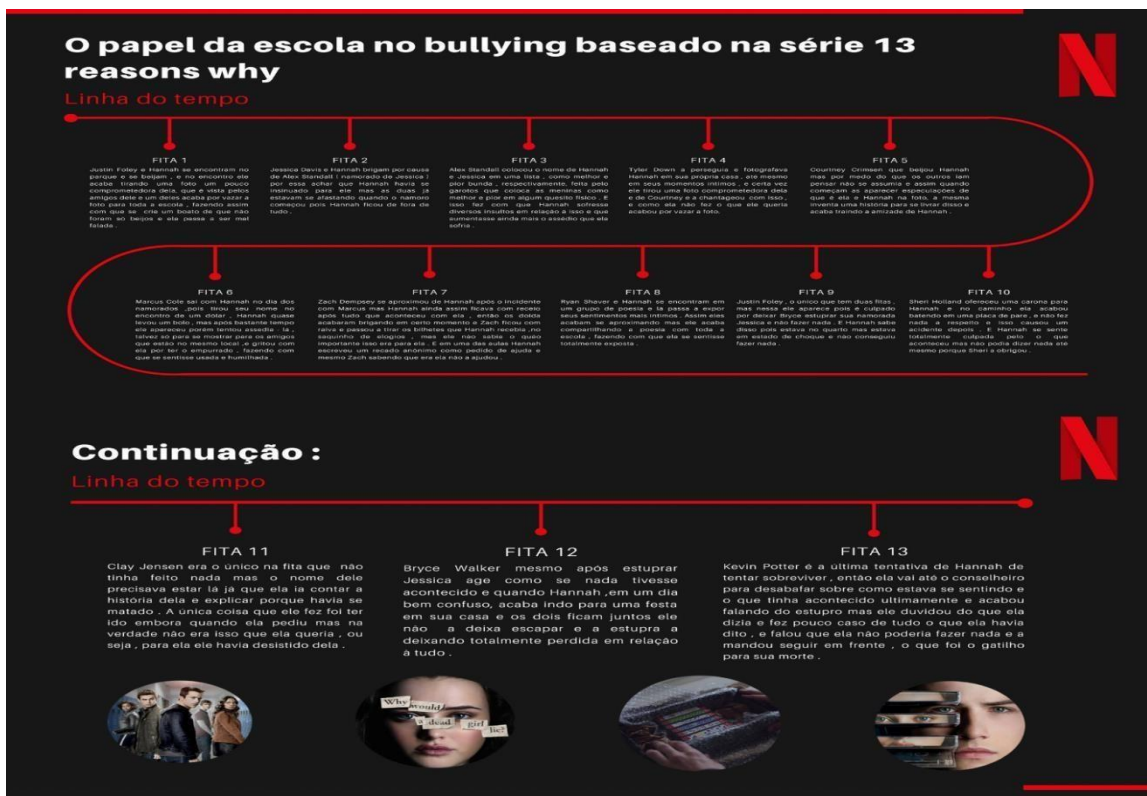
Diante do exposto, a monografia foi desenvolvida com base na seguinte questão norteadora: **“Como a escola deve se posicionar em casos de bullying?”**.

METODOLOGIA

Cumpra informar que, a monografia está baseada na abordagem qualitativa e utilizou como estratégias de pesquisa, o levantamento bibliográfico por meio da busca nas bases de dados Lilacs, Scielo e Google Acadêmico, tendo como referência os descritores: **“bullying”, “13 porquês”, “suicídio”, “papel da escola”, “adolescentes”, “jovens”**.

Também foi feito o levantamento de materiais como reportagens, artigos, livros, referentes à crítica e análise do *bullying* nas escolas, a partir da relação com a série **“13 Reasons Why”**. Abaixo, foi elaborada uma linha do tempo referente à primeira temporada dessa série como forma de sistematizar os procedimentos da escola, em relação ao *bullying* com consequência fatal, sofrido pela protagonista.

Linha do Tempo – “Primeria Temporada da Série 13 Reasons Why”



Fonte: <https://www.culturagenial.com/serie-13-reasons-why-de-brian-yorkey/>.

Diante do exposto, o presente estudo foi desenvolvido com base na seguinte questão norteadora: *“Como a escola deve se posicionar em casos de bullying?”*.

CAPÍTULO 1 – SUICÍDIO: DIALOGANDO COM DURKHEIM E MARX A PARTIR DA SÉRIE “13 REASONS WHY”

É importante destacar que a discussão empreendida nesse Capítulo diz respeito à primeira temporada da série “13 Reasons Why”, em um diálogo com as obras – “O Suicídio”, de Émile Durkheim¹; e, “Sobre o Suicídio”, de Karl Marx².

¹ Conforme Frazão (s/d) do site ebiografia, Émile Durkheim era francês, tendo sido considerado um dos pais da Sociologia, junto com Karl Marx e Max Weber. Foi também o líder da chamada Escola Sociológica Francesa e o formulador da teoria da “coesão social”. Nasceu em Épinal, região de Lorena (França), em 15 de abril de 1858 e era descendente de família judia, filho e neto de rabinos. Desde criança foi preparado para seguir os passos religiosos da família, mas rejeitou a sua herança judaica. Foi estudante do Colégio d’Epinal e do Liceu, em Paris, tendo se interessado inicialmente por filosofia, sendo que também estudou na Escola Normal Superior de Paris. Ao terminar os seus estudos, começou a lecionar em diversos liceus provinciais franceses. Entre 1885 e 1886 realizou uma viagem acadêmica para a Alemanha e acabou se especializando em Sociologia. No âmbito da Sociologia educacional se filiou à corrente denominada Pedagogia Social, tendo sido fortemente influenciado pelos métodos da psicologia experimental de Wilhelm Wundt. Já no ano de 1887 foi nomeado professor da primeira cadeira de Ciências Sociais, associada à educação, na Universidade de Bordeaux e, em 1896 fundou a revista “L’Année Sociologique” (“Anais Sociológicos”), quando reuniu um importante grupo de intelectuais à época. Foi convidado para lecionar Sociologia e Pedagogia na Sorbonne, em 1902, onde permaneceu até o seu falecimento em 15 de novembro de 1917, aos 59 anos. No desenvolvimento de suas pesquisas acerca da temática da personalidade, procurou demonstrar que as causas do suicídio têm fundamentos sociais e não individuais.

² De acordo com Frazão (s/d) do site ebiografia, Karl Marx era alemão, tendo sido filósofo e revolucionário socialista e, criado as bases da teoria comunista, na qual criticou cientificamente o sistema capitalista. A sua perspectiva filosófica influenciou enormemente diversos campos do conhecimento, tais como a Sociologia, Política, Direito e Economia. Nasceu em Trèveris, Renânia, província ao sul da Prússia (um dos muitos reinos da Alemanha nesta época), no dia 5 de maio de 1818. Seu pai, Herschel Marx, advogado e conselheiro da justiça, descendente de judeu, foi perseguido pelo governo absolutista de Guilherme III. No ano de 1835, depois de concluir os seus estudos no Liceu Friedrich Wilhelm, ingressou no curso de Direito da Universidade de Bonn onde participou do movimento estudantil. No fim de 1836 se transferiu para a Universidade de Berlim para estudar Filosofia. Nesse período, as ideias de Hegel (proeminente filósofo e idealista alemão) estavam sendo largamente disseminadas. Marx então, acabou se alinhando aos chamados “hegelianos de esquerda”, os quais procuravam analisar as questões sociais, tendo como base, a ideia de que deveria haver transformações na classe burguesa alemã. No mês de outubro de 1842, se mudou para Colônia, tendo assumido a direção do jornal “Gazeta Renana”, no qual conheceu o filósofo, teórico político e grande amigo Friedrich Engels. Contudo, após a publicação do artigo sobre o absolutismo russo, o governo prussiano fechou o jornal. Já em novembro de 1847, no Segundo Congresso da Liga dos Justos, realizado em Londres recebeu a tarefa de redigir um manifesto junto com Engels. Com efeito, em Bruxelas, baseado no trabalho do grande amigo – “Os Princípios do Comunismo”, escreveu o “Manifesto Comunista”, o qual enviou para Londres em janeiro de 1848. No “Manifesto Comunista” fez uma contundente crítica ao sistema capitalista, aliada a uma arguta análise da história do movimento operário, até então. Além disso, criticou também as correntes do socialismo que considerava “utópicas” (não científicas), tendo reunido as suas principais ideias relativas à luta de classes e ao materialismo histórico-dialético, concluindo com um famoso apelo ao

movimento operário internacionalista – “Trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos!”. Mas, com graves problemas de saúde, o que acabou lhe tirando a fala, faleceu em Londres (Inglaterra), em 14 de março de 1883, aos 64 anos.

Embora Marx tenha publicado na Alemanha, “Sobre o Suicídio”, no ano de 1846, portanto, cinquenta anos antes do “O Suicídio”, de Durkheim, a obra que se consagrou como estudo sociológico clássico sobre a referida temática foi a do sociólogo francês. A publicação de Marx a respeito foi praticamente esquecida durante muito tempo, tendo a primeira tradução para o inglês apenas em 1975, no âmbito de uma coleção organizada em Moscou, pela Collect Works e, para o francês, no ano de 1983 pela editora Gallimard. Já em português foi publicada pela primeira vez, no ano de 2006 pela Boitempo Editorial (RODRIGUES, 2009).

Portanto, se decidiu iniciar a discussão pela obra de Durkheim. Com efeito, quanto a essa obra, Nunes (1998) afirma que:

[...] foi publicado pela primeira vez em 1897, quando Durkheim tinha 39 anos de idade e já havia escrito dois trabalhos fundamentais em sua carreira de pesquisador: as duas teses de doutorado, que datam de 1893 – *De la Division du Travail Social: Étude sur l’Organisation des Sociétés Supérieures* e *La Contribution de Montesquieu a la Constitution de la Science Sociale* [“Da Divisão do Trabalho Social: Estudo sobre a Organização das Sociedades Superiores e a Contribuição de Montesquieu à Constituição da Ciência Social”], esta última escrita em latim –, e ainda *Les Règles de la Méthode Sociologique* [“As Regras do Método Sociológico”], de 1895, conjunto de uma série de artigos aparecidos no ano anterior e que saiu como livro com ligeiras modificações e prefácio (NUNES, 1988, p. 9).

Nunes (op. cit), afirma ainda, que para Durkheim a temática do suicídio garantiu a possibilidade única de demonstrar os seus princípios metodológicos, propostos no livro – “As Regras do Método Sociológico”, publicado dois anos antes do “O Suicídio”. Sendo assim, a questão do suicídio no continente europeu à época do estudo de Durkheim foi entendida por este autor, como uma grande oportunidade de estabelecer a Sociologia do ponto de vista científico, assim como, um campo de conhecimento independente dos demais existentes até então.

Para tanto, procurou distinguir os fatores pessoais e psicológicos, tidos à época como exclusivos na explicação das causas de suicídio, procurando analisar os casos afins, a partir de uma metodologia quali-quantitativa, associando a análise de dados estatísticos com aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Corroborando com esse postulado, Almeida (2018) pontua que

Durkheim elabora um estudo detalhado sobre o suicídio. Em sua pesquisa sobre esse fenômeno, o autor buscou responder a seguinte pergunta: Por que o suicídio é um fato social que interessa ao sociólogo? [...] Nesse sentido, [...] o suicídio é explicado como uma questão social que varia de acordo com a razão inversa do grau de interação social dos indivíduos com a sociedade. O elemento central é a coesão social, ou seja, quanto mais existe coesão social menor a taxa de suicídio numa sociedade (ALMEIDA, 2018, p. 121-122).

Seguindo essa perspectiva, Rodrigues (2009) coloca que:

Se hoje o suicídio se constitui como objeto de estudo importante tanto no campo da psicologia e psicanálise quanto no campo sociológico, delimitar essa fronteira, no século XIX, não foi tarefa fácil. Para se consolidar como uma disciplina rigorosamente objetiva, a Sociologia deveria, antes de mais nada, utilizar uma metodologia científica própria que a distinguisse das outras ciências. Ao analisar o suicídio não como um fenômeno psicológico individual, mas como um fato social, Émile Durkheim (1977) visava, exatamente, fazer essa distinção, fundando, ao seu modo, o campo sociológico. [...] Embora considerado “coisa” (ou fato social), o fenômeno do suicídio não cai diretamente sob o olhar do sociólogo. É preciso, antes de mais nada, construir a especificidade do objeto sociológico. Por isso, logo na segunda página de *O suicídio*, Durkheim (1977) nos alerta para o fato de que a explicação sociológica consiste em comparação, e que o primeiro procedimento sobre o qual o investigador deve se debruçar é o de escolher os fatos que devem ser comparados. [...] Posto nesses termos, a primeira tarefa do investigador que quer apresentar uma explicação aos fatos estudados é a de estabelecer uma classe de equivalência que agrupe os fenômenos sociais a partir de uma estratégia de semelhança, descartando, assim, os fenômenos dessemelhantes. Esse procedimento implica uma tomada de posição que carrega enormes consequências para a própria compreensão do que

venha a ser a coisa a ser explicada ou conhecida (RODRIGUES, 2009, p. 700-701).

Com base na própria publicação durkheimiana, cabe destacar o seguinte trecho explicativo:

Chama-se de suicídio, assim, toda morte que resulta mediata ou imediatamente de um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima, e que ela [a pessoa] sabia que produziria esse resultado. A tentativa, por sua vez, também é o ato assim definido, mas interrompido antes de resultar em morte (DURKHEIM, 2005, p. 14).

Durkheim (op. cit.) também criou padrões para quem teria maior tendência a praticar suicídio, afirmando, por exemplo, que as mulheres estão mais sujeitas, mas pessoas com filhos se matariam menos do que quem não os tem e, que pessoas mais ligadas à alguma religião seriam menos propícias a praticá-lo. Mostrando assim, que algo que pode parecer particular, não o é, pois, esse autor argumenta que os suicídios são sempre “sociais”. Sendo esse último aspecto, bastante discutido em seu livro a respeito.

Vale ressaltar que, os tipos de suicídio classificados por Durkheim (op. cit.) são os seguintes – “altruísta”, “anômico” e “egoísta”, os quais estão descritos a seguir.

Na teoria durkheimiana o “suicídio altruísta” impõe uma pressão sobre o indivíduo que com o tempo acaba destruindo-o, fazendo com que procure uma maneira de escapar, mostrando assim, a falta de individualização. No tocante ao “suicídio altruísta”, Almeida (2018) explica que Durkheim (op. cit.) tomou como base:

[...] as sociedades simples [...] O primeiro caso citado [...] é o dos velhos guerreiros bárbaros que se matavam por sentirem vergonha de sua situação impotente e de doença, não podendo mais servir a seu povo na defesa de sua sociedade. Do mesmo modo, as viúvas nas antigas sociedades hindus eram obrigadas a se matar, pois sem seu marido e não podendo mais se casar com outra pessoa, perdiam sua função para a coletividade. O suicídio altruísta também ocorre, [...] citando o exemplo da religião hindu, quando o brâmane atinge o seu grau mais elevado na terra e se vê no direito e na necessidade de abandonar a vida para se encontrar com seu ser superior na morada de Brama [...]. O último caso de suicídio altruísta [...] é aquele que ocorre entre os soldados no exército quando eles

se sentem envergonhados por uma derrota ou quando um soldado se sacrifica para salvar um amigo de farda. Os soldados também se matam por conta da vergonha que sentem da família quando sofrem uma derrota em batalha (ALMEIDA, 2018, p. 124).

Por sua vez, o “suicídio anômico” ocorreria devido às dificuldades encaradas pelos indivíduos, qualquer indício de uma falta de controle, assim como mudanças bruscas podem provocá-lo. Nesse sentido, Almeida (op. cit.) afirma que o “suicídio anômico” para Durkheim (2005) é o tipo mais presente na sociedade moderna, pois:

[...] está ligado à transição da solidariedade mecânica para a sociedade orgânica, correspondendo a um período no qual a consciência coletiva e a moral estão enfraquecidas. Em *Da Divisão do Trabalho Social* (2008), Durkheim vai dizer que com o surgimento da sociedade industrial a consciência coletiva começou a perder seu poder de regulação na sociedade fazendo com que ela entrasse em um estado de anomia. A sociedade estava doente porque os indivíduos não cooperavam mais entre si da maneira correta para que a sociedade funcionasse de maneira coerente e, conseqüentemente, fazendo com que seus participantes convivessem de maneira harmoniosa. O que Durkheim está problematizando através dessas colocações é como a divisão social do trabalho desempenha uma função de coordenadora e reguladora das relações sociais e de manutenção dos laços sociais advindos da consciência coletiva. É interessante ressaltar que nesse livro o autor está tratando da divisão social do trabalho nas sociedades simples e da divisão social do trabalho nas sociedades complexas. [...] O suicídio anômico está diretamente relacionado com as questões sociais. Quando a sociedade se vê perturbada, seja por crises econômicas e políticas ou por guerras e por revoluções radicais, ela se torna incapaz de exercer uma moralização sobre o indivíduo. [...] E qual seria a solução apresentada por Durkheim para cessar essa anomia e, conseqüentemente, o tipo de suicídio advindo dela? Para esse autor, as confissões religiosas já não são capazes de controlar a conduta moral dos indivíduos nas sociedades complexas por conta do aumento do livre exame e do desenvolvimento da ciência. Do mesmo modo, a família também não é, pois assim como a religião, essa instituição também perdeu seu poder de exercer coesão social sobre os indivíduos. A solução estaria, segundo Durkheim, nas corporações [associações profissionais] (ALMEIDA, 2018, p. 125-127).

Por fim, Durkheim (2005) pontua que o “suicídio egoísta” é marcado pela individualização excessiva, uma vez que o “eu individual” está acima do “eu social/coletivo”. Vale destacar que, com base no que postula Durkheim, pode-se inferir que o suicídio de Hannah Baker, protagonista da série “13 Reasons Why”, seria classificado como egoísta, já que não se sente mais encaixada na sociedade. Mais uma vez, é Almeida (2018) que nos ajuda esclarecer, colocando que para exemplificar o “suicídio egoísta”, Durkheim (2005), estabelece casos a respeito. Desse modo, Almeida cita tais exemplos:

[...] cita a questão da confissão religiosa como causa desse tipo de suicídio [“suicídio egoísta”]. Segundo o autor, nos países de tradição católica ou judaica, registram-se taxas menores de suicídio, ao passo que nos países de tradição religiosa protestante, a taxa de suicídios é elevada. A explicação disso não se deve ao fato dessas religiões darem sentidos diferentes para o suicídio, pois ambas condenam essa prática. O fato de o suicídio ser maior em sociedades onde a religião protestante é predominante, segundo Durkheim, é devido a já existir um gosto pelo livre exame e pela ciência desenvolvido na população, o que acaba por colocar em dúvida as tradições e as crenças religiosas. As confissões religiosas devem ser vistas como uma sociedade, onde a partir do momento em que seus preceitos são colocados em dúvida, a coesão social exercida por ela sobre seus fiéis acaba por tornar-se quase nula, o que acaba enfraquecendo a consciência coletiva dos indivíduos e os deixando vulneráveis para cometerem suicídio [...] É interessante ressaltar que Durkheim não vê a ciência como culpada pelo aumento dos suicídios, até porque esse autor era um defensor do desenvolvimento da ciência e do progresso.

[...] Outro exemplo de causa do suicídio egoísta dado por Durkheim encontra-se no caso dos homens solteiros, divorciados e das viúvas. Para esse autor, a família serve como uma maneira de controlar os suicídios, pois a partir do momento em que se casa e se constitui uma família, criam-se responsabilidades para o indivíduo, fazendo com que assuma funções dentro do seio familiar. A partir do momento em que o indivíduo se afasta do seio familiar, seja por ter muitas tarefas fora de casa, ou seja, por ficar viúvo ou divorciar-se, ele perde o sentido da vida, pois não encontra mais uma função protetora ou auxiliadora na instituição familiar. [...] Portanto, o suicídio egoísta deve ser compreendido como aquele tipo de morte em que o indivíduo se mata por conta do

enfraquecimento dos grupos sociais ao qual ele pertence, seja ele um grupo orientado por sua confissão religiosa, sua família ou sua orientação política. Quanto maior o seu afastamento e individuação perante os grupos sociais que produzem determinadas maneiras de agir, pensar e sentir capazes de manter a consciência coletiva acima da consciência individual, maior a sua chance de cometer suicídio (ALMEIDA, 2018, p. 122-123).

Fazendo uma reflexão mais geral sobre os tipos de suicídio criados por Durkheim, é possível afirmar que o “suicídio egoísta” teria correspondência à apatia e, em menor grau, à melancolia. Já o “suicídio altruísta” estaria relacionado à energia passional ou voluntária e ao sentimento de dever e, o “suicídio anômico”, à irritação, desgosto e secundariamente, a queixas contra a vida, entre outros, havendo também, a possibilidade de combinação dos referidos tipos elementares (NUNES, 1998).

E, no intuito de estabelecer uma correlação mais direta entre a obra durkheimiana e a série “13 Reasons Why”, cabe recorrer a Fogaça (2018), o qual afirma que:

A concepção de Durkheim quanto ao suicídio é pressuposto elementar para construção do trágico roteiro da obra “13 reasons why”, uma vez que a própria personagem [Hannah Baker] descreve seu suicídio enquanto resultado de uma série de práticas capazes de inviabilizar a existência humana pautada por uma situação de dor coletivamente construída em seu micro espaço de convivência social. Esse “efeito bola de neve” presente na obra temática do sociólogo francês é explicitamente descrita por Jay Asher [...] a partir da fala da personagem Hannah Baker [...] Dessa forma, ao se trazer o resultado suicídio como uma construção social, tanto Durkheim quanto a obra objeto de análise despontam com o argumento de que a prática suicida seja passível de prevenção, considerando-se o seu notório elemento externo ao indivíduo e interno ao seu corpus social. Ao afirmar que é a constituição moral da sociedade que determina os índices de suicídios, Durkheim acaba por neutralizar as condições individuais na prática da morte voluntária, relegando à sociedade a responsabilidade pela inviabilidade da vida humana para determinadas pessoas que se encontrassem em descompasso com a dinâmica social, tal como ocorre com a personagem Hannah Baker (FOGAÇA, 2018, p. 114-115).

Contudo, é necessário recorrer também ao pensamento marxiano a respeito do suicídio para dar conta da proposta deste Subcapítulo. Com efeito, é importante destacar que, mesmo tendo a obra durkheimiana ficado consagrada, enquanto paradigma metodológico da Sociologia, o estudo marxiano sobre o autoextermínio também merece atenção, pois apresentou uma proposta de investigação sociológica alternativa, igualmente válida.

Para Rodrigues (2009, p. 703): “Se Durkheim partiu do exterior para atingir o interior, Marx, por sua vez, parte da análise da vida privada para realizar uma crítica social contundente.”.

De acordo com Fogaça (2018), foi Marx (2006) quem abordou as primeiras ideias de que a prática suicida poderia estar associada a fatores sociais que não teriam a ver com as doenças mentais. Esse autor lembra que Marx (op. cit.) analisa quatro casos de suicídio¹ da época, no ensaio que escreveu a respeito, explicitando que seria um fenômeno multicausal. Assim Fogaça (op. cit.), postula que Marx (op. cit.):

[...] indica causas sociais que poderiam remeter à prática suicida, deixando de lado o elemento médico até então dominante nas discussões que permeavam os estudos acerca do suicídio. Embora traga a miséria humana como a principal causa para o suicídio, o autor apresenta que as influências de uma sociabilidade poderão se fazer presentes em todas as classes. É bem verdade que em tal obra [“Sobre o Suicídio”], Marx tenha se dedicado menos aos aspectos essenciais do próprio suicídio, voltando seus escritos à promoção de uma crítica radical da sociedade burguesa como forma de vida “antinatural”, sendo que o suicídio aparece como sintoma de uma sociedade doente e que necessita de uma transformação

¹ De acordo com Almeida (2019), o ensaio de Marx sobre o suicídio, teve como base as informações analisadas pelo funcionário da polícia francesa Jacques Peuchet, o qual trata de quatro casos de suicídio, sendo o primeiro relativo a jovem uma moça de família tradicional no distrito onde este funcionário trabalhava; o segundo, se refere a um casal burguês com relativo tempo de casamento, no qual, o homem era muito ciumento e, por conta de uma doença em seu sangue ficou com feridas no rosto e no resto da pele, o que lhe causou extremo constrangimento, tendo decidido trancar a sua mulher em casa, a qual por tristeza extrema acabou por tirar a própria vida; o terceiro, é o caso de uma mulher que procura um médico para realizar um aborto, mas o médico se recusa a fazê-lo e, passados quinze dias, o mesmo médico lê numa reportagem de jornal que a sobrinha de um banqueiro da cidade havia cometido suicídio, em razão de ter traído a sua tia com o seu tio, que era o seu tutor, ficando grávida dele; e, o quarto, diz respeito a um rapaz que fazia parte da guarda real da França, tendo sido demitido em função da diminuição de contingente, o mesmo procurou outros empregos, mas não logrou êxito, e se vendo com inúmeras dívidas e sentindo fracassado, decidiu dar cabo a sua própria vida.

radical. [...] o autor apresenta uma verdadeira crítica social a partir do número de suicídios da época, fazendo com que a problemática se desloque para as relações sociais, especialmente entre Estado e cidadãos, de forma que a imposição de deveres sem a prévia garantia de direitos seriam

uma das chaves para se compreender a morte autoprovocada. Assim, encerra afirmando que a prática suicida não pode ser legal ou moralmente condenada pela sociedade, na medida em que o desespero humano da época poderia ensejar o suicídio em toda uma população explorada e sem condições efetivas de vida (FOGAÇA, 2018, p. 113).

Quanto ao conceito de suicídio marxiano, Marx (2006) afirma que:

As doenças debilitantes, contra as quais a atual ciência é inócua e insuficiente, as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido são muito seguramente razões de suicídio para pessoas de um meio social mais abastado, e até o próprio amor à vida, essa força enérgica que impulsiona a personalidade, é frequentemente capaz de levar uma pessoa a livrar-se de uma existência detestável (MARX, 2006, p. 24).

O autor alemão continua trazendo o caso de Madame de Staël, pelo qual tentou mostrar que o suicídio não é uma ação natural e que não deve ser considerada um ato heroico, mas também sustentou a ideia de que é mais nobre lutar contra o desespero do que deixar com que ele nos consuma. Para tanto, o suicídio não passaria de uma luta social dos indivíduos (MARX, op. cit.).

É possível fazer uma breve comparação da série “13 Reasons Why” com um relato de Jacques Peuchet, presente no livro de Marx, uma vez que a filha do alfaiate ao ser exposta a uma situação de constrangimento, acabou tomando a decisão de tirar a sua própria vida, o mesmo acontece com Hannah Baker, uma vez que passa por diversas situações que colocam a sua moral e integridade em sério questionamento, fazendo-a se sentir envergonhada e enojada de si mesma.

Nesse sentido, Rossi (2021) faz uma discussão a respeito da relação entre posicionamentos e relações valorativas sobre gêneros e mídias digitais, tendo como base a série “13 Reasons Why”, assim:

Já no primeiro episódio da série, Hannah foi colocada na chave das “garotas fáceis” após um encontro inocente com Justin Foley, quando dá seu primeiro beijo. Quando ela desce pelo corredor do parquinho onde eles se encontram, Justin tira uma foto com seu celular das pernas de Hannah, de modo que permite visualizar parte de sua virilha. A foto é espalhada para todos os alunos a partir de Bryce, que pega o celular de Justin e, junto com ela, os rumores de que Hannah seria fácil e teria feito bem mais com Justin do que beijá-lo. Quase todos os eventos que constituem os treze porquês de Hannah têm conexão com esse acontecimento, sendo que os demais decorrem, em grande medida, da predisposição dos personagens a tratar Hannah como “garota fácil”, praticando o *slut-shaming*, que consiste na degradação de mulheres em função de seu comportamento sexual [suposto ou não] e número de parceiros. Essa degradação, como se vê a partir de Jéssica, quando ela briga com Hannah no segundo episódio, não é um ato exclusivo de homens contra mulheres (ROSSI, 2021, p. 13).

Portanto, também se pode fazer uma comparação com os motivos para tal ato que foram citados no livro de Marx, já que a depressão é um dos mais recorrentes nesses casos, o que também pode ser visto na série “13 Reasons Why”, pois Hannah Baker não sentia mais a mínima vontade de viver, diante de todos os acontecimentos que serviram para desqualificá-la, enquanto mulher e estudante, o que a fez ver a morte como “única saída” para escapar de todo aquele sofrimento retratado na referida série.

Com efeito, Marx (2006) afirma que:

Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo? Tal sociedade não é uma sociedade; ela é, como diz Rousseau, uma selva, habitada por feras selvagens (MARX, 2006, p. 28).

Em concordância com o postulado marxiano supracitado, Almeida (2019) reitera que Marx (2006), por meio do seu curto ensaio sobre suicídio objetivou evidenciar que

apenas uma transformação radical da sociedade, ou seja, uma revolução, que envolva a superação do modo de produção capitalista, as suas instituições e as suas relações sociais, poderá extinguir os males que levam o ser humano a tirar a própria vida.

Desse modo, o referido autor aponta também que:

Outro problema que pode desembocar no suicídio é a depressão e as crises de ansiedade, tristeza, nervosismo e isolamento que advém dela. Segundo dados da OMS, a depressão atingiu 322 milhões de pessoas no ano de 2015. O Brasil, infelizmente, tem destaque nos casos de depressão no mundo, sendo o país com maior número de pessoas depressivas na América Latina e o quinto maior do mundo em casos de depressão, totalizando no ano de 2015, 11,5 milhões de casos. A depressão, se não tratada a tempo e com acompanhamento constante, tira todo o vigor e vontade do indivíduo, possibilitando, assim, uma maior disposição para o suicídio (ALMEIDA, 2019, p. 133).

Com efeito, outra questão importante associada ao *bullying*, à depressão e ao suicídio na série “13 Reasons Why”, é a de gênero e, mais particularmente, a da objetificação da mulher, mediada por dispositivos eletrônicos (*ciberbullying*), o que Rossi (2021) discute da seguinte forma:

Talvez o que distinga nosso período atual nessa relação com a tecnologia e que se manifesta em 13RW e em outras séries protagonizadas por mulheres é que ela suscite mais expressivamente questões de gênero nas quais as imagens da feminilidade já não são reduzidas à sua objetificação sensualizada. Nisso, o lugar que ocupa a voz de Hannah, elemento que conduz toda a narrativa enquanto informa e denuncia abusos e violência pode ser interpretado, para além de seu caráter diegético [narrativo], como também simbólico do contexto político e histórico em que a série está inserida, enquanto fala que se contrapõe ativamente a imagens já construídas e reificadas do feminino (ROSSI, 2021, p. 2223).

Outra perspectiva importante, no âmbito da primeira temporada da série “13 Reasons Why”, é a relacionada à saúde pública, mais particularmente ao conceito – “suicidalidade”, conforme abordam Carrino e Giroto (2020):

A série norte-americana discursa pela mídia brasileira, considerando a apresentação de sua primeira temporada que foi articulada em 31 de março de 2017 pela plataforma de *streaming*, a bem conhecida Netflix, plataforma esta bem presente no contexto de vida da adolescência brasileira. A série se dissemina entre um movimento dos por quês e causas que a adolescente Hannah Baker decide praticar o suicídio. Em outra vertente, vale ressaltar que o suicídio e questões que entrelaçam o mesmo, correspondem em uma problematização voltada à saúde pública. Desta forma, a suicidalidade é uma temática que transpassa por mitos e crenças interligados a sociedade. Com fundamentos que declinam para circunstâncias que possivelmente leva determinado indivíduo a cometer tal ato, bem como em desdobramentos sobre o que acontece com o sujeito suicida após cometer o ato, circulando diálogos, crenças e até mesmo religiões. Ressaltamos também que em diversos momentos a série “13 Reasons Why” infringiu várias regras e diretrizes que são estabelecidas pela OMS (Organização Mundial de Saúde), pelo qual direciona um melhor consentimento sobre “A prevenção do suicídio: Um manual para profissionais da mídia”, emergindo condições, normas e orientação que contribuem para que os profissionais da mídia articulem o tema suicídio de forma coerente e não a propagação e incentivo ao mesmo (CARRINO e GIROTO, 2020, p. 1596815969).

Portanto, além de pensar na superação do sistema capitalista, é essencial pensar também na prevenção ao suicídio e na superação do machismo e patriarcado estrutural, bem como da LGBTfobia. Nesse sentido, a família, o Estado, a escola e sociedade de uma forma geral têm total implicação e relevância, pois se trata de um processo sociopolítico com muitas idas e vindas, mas que precisa ser desencadeado e/ou fortalecido o quanto antes, sob pena de continuarmos perdendo adolescentes e jovens, por conta de sofrimentos evitáveis que podem ter um desfecho fatal, tal como o de Hannah Baker na série “13 Reasons Why”.

CAPÍTULO 2 – DISCUTINDO O *BULLYING* E O PAPEL DA ESCOLA

A prática do *bullying* é universal e tão antiga quanto as escolas, podendo se afirmar que também está presente em todas as instituições de Educação Básica, mesmo assim, poucas sabem como agir adequadamente, inclusive, em relação às suas consequências. Até

porque, como já afirmado, o *bullying* é visto comumente como uma “brincadeira” de crianças, adolescentes e jovens.

Contudo, o *bullying* é um tipo de violência, praticada, principalmente, em ambientes escolares, não devendo ser considerada de menor potencial ofensivo. Conforme Antunes e Zuin (2008):

[...] o *bullying*, tal como conceituado, não é, de maneira alguma, uma simples manifestação de violência sem qualquer fator determinante. Na verdade, o *bullying* se aproxima do conceito de preconceito, principalmente quando se reflete sobre os fatores sociais que determinam os grupos alvo, e sobre os indicativos da função psíquica para aqueles considerados agressores. Essa proximidade leva à hipótese de que o que atualmente tem sido denominado *bullying* é um fenômeno há muito conhecido pela humanidade, mas que ganhou nova nomeação pela ciência pragmática que ilude ao tentar controlá-lo via classificação e aconselhamentos. Somando-se a isso, sua assimilação tornar-se imediata numa sociedade que se pretende cingidamente cosmopolita (sem selo de fato), pois o que assusta e fere a moral burguesa, hegemônica em nosso tempo, é a forma como tem se manifestado no ambiente escolar e as consequências que têm trazido, e que tem como exemplos mais extremos os suicídios e os ataques armados à comunidade que resultam em pessoas feridas e mortas (ANTUNES e ZUIN, 2008, p. 36-37).

Por sua vez, Lopes Neto (2005), ao considerar o *bullying* uma violência que ocorre frequentemente no ambiente escolar, pontua que:

Infelizmente, o modelo do mundo exterior é reproduzido nas escolas, fazendo com que essas instituições deixem de ser ambientes seguros, modulados pela disciplina, amizade e cooperação e se transformem em espaços onde há violência, sofrimento e medo (LOPES NETO, 2005, p. 165).

Sendo assim, a violência escolar pode ser classificada em três níveis, o primeiro voltado para a violência física; o segundo são as incivildades, ou seja, violência verbal; e, o terceiro, a violência simbólica ou institucional, na qual o estudante vê a escola como um local desagradável, além de haver abuso de poder estabelecido pela representação escolar que por sua vez, não necessariamente utiliza medidas extremas, mas mesmo assim silencia protestos (CHARLOT, 2002; MORAES, 2016).

Quanto aos determinantes da violência são muitos os fatores que influenciam a violência, e entre esses, os fatores familiares se destacam. É possível observar que na maior parte dos casos relacionados à violência escolar, os principais indicadores estariam ligados à indisciplina ocasionada pela falta de limites dos pais (DEBARBIEUX e BLAYA, 2002).

No tocante à definição acerca do que significa ser vítima de violência é possível afirmar que, a vítima é a aquela que sofre a agressão, pois não consegue reagir por medo e insegurança. Segundo Fante (2002), existem três tipos de vítima, conforme descrito abaixo.

. **Vítima Típica:** geralmente, são crianças protegidas pelos pais e que tem insegurança e medo de qualquer situação que saia da sua normalidade. Sendo essas, as mais fáceis de serem vítimas e sofrerem com essa situação;

. **Vítima Agressiva:** é a que reage da mesma forma que foi agredida;

. **Vítima Provocativa:** é a que atrai para si situações agressivas, o que pode muitas vezes estar relacionado a problemas em casa.

Não obstante, Silva e Ristum (2010) acrescentam ainda que:

Frente a esse cenário de múltiplas possibilidades de manifestações e leituras da violência escolar, um outro aspecto emerge como relevante – a compreensão das relações estabelecidas entre os atores que compõem o cenário. As manifestações de violência na escola têm sido estudadas em termos de violência entre alunos, entre alunos e professores ou dirigidas ao patrimônio para citar as mais comuns (SILVA e RISTUM, 2010, p. 235-236).

Por sua vez, Pereira (2009) afirma que:

[...] a Unesco (2003) aponta alguns fatores de natureza socioeconômica; dentre eles, estão a exacerbação da exclusão social, racial e de gênero, bem como a falta de pontos de referências entre os próprios jovens. Outros fatores externos são o crescimento dos grupos e gangues, e o tráfico de drogas e o colapso da estrutura familiar. A falta ou perda de espaços para a socialização consta como mais um desses fatores (PEREIRA, 2009, p. 6).

Já Abramovay e Rua (2002) argumentam que para explicar a violência nas escolas existem duas variáveis, as externas ou exógenas e, as internas ou endógenas. Quanto aos aspectos externos, dizem respeito às questões de gêneros, raciais, assim como problemas em casa e na escola. E, os aspectos internos estão relacionados à faixa etária e ao grau de escolaridade, além das diretrizes da escola e os efeitos das punições.

Cabe retomar Antunes e Zuin (2008), quando refletem de forma bastante crítica acerca da questão do *bullying*, chegando a perguntar se a preocupação é de fato com a saúde das pessoas. A resposta para a pergunta retórica é de que, na realidade, a preocupação é com aqueles que poderiam denunciar o falso do sistema capitalista e educacional, pois os que não se adaptam, acabam não mantendo a ordem social com a qual eles mesmos sofrem. Esses autores afirmam também que:

O próprio conceito de *bullying* parece exercer esse papel de adaptação ao classificar a barbárie, e pretensamente controlá-la por essa via. O conceito de *bullying* coloca tudo em seu lugar, tenta arrumar e justificar aquilo que fere a ideologia democrática, e acaba por mascarar as tensões e contradições que estão na base da própria barbárie. Esse é o risco que se corre ao se utilizar a mera classificação e quantificação. Ao contrário, as práticas de violência nas escolas devem ser compreendidas por meio de análise social, das formas de organização e das forças objetivas da sociedade, e de como tais forças se materializam e se calcificam nos sujeitos que se desenvolvem nesse meio. Estudar a violência requer também impulso crítico, tanto nas análises teóricas quanto na interpretação dos dados, de modo a mostrar sus múltiplas tensões e questionar o sentido social dos fenômenos singulares encontrados. Por meio desta análise, reveladora das construções sociológicas, políticas, econômicas, ideológicas, talvez se possa pensar numa outra forma de educação que não a regida pelos imperativos que impedem a emancipação ao forçar a repressão e a adaptação, uma outra forma de educação que não seja ela própria barbárie (ANTUNES e ZUIN, 2008, p. 39-40).

E é o pensamento do célebre mestre Paulo Freire, acerca do papel do professor no cotidiano escolar, no livro: “Medo e Ousadia – Cotidiano do Professor”, por meio da compilação uma série de entrevistas concedidas à professora estadunidense Ira Shor, que

dialoga também com os autores supracitados, ao tratar da questão da “dominação” e “manipulação” na sala de aula por parte do professor, no trecho destacado abaixo.

[...] Dominação é se eu dissesse que se deve [grifos dos autores] acreditar nisto porque estou dizendo. Manipulação é dominar os alunos. A manipulação, por exemplo, também cria mitos sobre a realidade. Ela nega a realidade, falsifica a realidade. Manipulação é eu tentar convencer você de que uma mesa é uma cadeira, é o currículo obscurecer a realidade. A aula libertadora, pelo contrário, ilumina a realidade. Ela desvenda a *raison d'être* [razão de ser] de qualquer objeto de estudo. A aula libertadora não aceita o *status quo* e os mitos da liberdade. Ela estimula o aluno a desvendar a manipulação real e os mitos da sociedade. Nesse desvendamento, mudamos nossa compreensão da realidade, nossa percepção (FREIRE e SHOR, 1986, p. 104).

Sendo assim, Lima Neto e outros colaboradores (2020), reconhecem que o *bullying* é um tipo de violência e, indicam que nesse sentido, há responsabilidade da família, da escola e do Estado na educação *antibullying*. E, com relação à responsabilidade do Estado, afirmam que:

[...] se o constituinte originário de 1988 incluiu o Estado no rol de sujeitos responsáveis pela efetivação do direito à educação (art. 205, *caput*, primeira parte), não lhe basta aparelhar-se com instrumentos legislativos orientadores das práticas educacionais. É preciso que o Estado haja positivamente na implementação de políticas públicas capazes de fornecer à criança e ao adolescente o respaldo jurídico-administrativo necessário à preservação e efetivação desse direito, sob pena de imergir-se em responsabilidade por omissão. Além disso, necessita-se dar maior amplitude ao valor regressivo da norma jurídica, no sentido de, efetivamente, penalizar os responsáveis por tais atos. [...] observou-se que o Estado também carrega parcela de responsabilidade de prevenir e reprimir o *bullying*, seja através da edição de leis específicas sobre o tema, seja com implementação de políticas públicas eficientes na preservação e combate das intimidações sistemáticas (LIMA NETO et al., 2020, p. 168-169).

Com efeito, há também uma legislação de enfrentamento ao *bullying* no Brasil. Como por exemplo, a Lei Municipal do Rio de Janeiro contra o *bullying* (nº 5.089, de 6 de outubro de 2009), a qual “dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção

e combate ao *bullying* escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do Município do Rio de Janeiro [...]” (CMRJ, 2009).

Também há a Lei Estadual do Rio de Janeiro n. 5.645, de 6 de janeiro de 2010, a qual faz com que anualmente, todo dia 7 de abril, se celebre a Semana Estadual de Educação para o Combate à Violência nas Escolas, além de oferecer campanhas educativas e apoio psicológico, social e jurídico para ambas as partes envolvidas (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

E a Lei Federal n. 13.185, de 09 de janeiro de 2016, que visa capacitar os profissionais das escolas para prevenir qualquer tipo de agressão, sendo ela física psicológica ou moral contra crianças, dentro e fora das escolas. Além de oferecer campanhas educativas e apoio psicológico, social e jurídico para as partes envolvidas (AREIAS, 2016).

Vale ressaltar que, na maioria dos casos, a vítima de *bullying* prefere não contar a ninguém, por medo do agressor aumentar a frequência dos ataques ou até mesmo fazer algo pior do que já foi feito (LOPES NETO, 2005). Entretanto, essa é considerada a pior decisão, uma vez que nenhuma providência poderá ser tomada a respeito.

Quanto às testemunhas, cabe afirmar que são aquelas que não se envolvem com o *bullying*, apenas observam, geralmente pelo medo de sofrer o mesmo (CONSTANTINI, 2004; FANTE, 2002; LOPES NETO, op. cit.).

Porém, ainda no grupo de testemunhas, há as testemunhas que participam da agressão, que são chamadas de “auxiliares”; as “incentivadoras” que encorajam o agressor; as “observadoras” que apenas presenciam a cena, mas não agem, e aquelas que tentam ajudar a vítima, que são chamadas de “defensoras” (CONSTANTINI, 2004; LOPES NETO, op. cit.).

Existem muitas denominações para classificar os envolvidos na prática do *bullying*, sendo os agressores aqueles que praticam a ação de intimidar ou agredir as vítimas.

Ademais, grande parte dos agressores podem ser indivíduos com algum tipo de distúrbio psicológico ou até mesmo problemas familiares e problemas sociais e, por esta razão,

utilizam a violência como um meio de “escape”, desconsiderando, em certa medida, as consequências geradas para si mesmo e para a vítima. (MINAYO,2006)

Percebe-se, portanto, ser de grande importância que familiares, professores, coordenadores e diretores de escola estejam atentos a qualquer sinal de sofrimento que os adolescentes e jovens possam demonstrar. O ideal para combater essa prática seria que a escola conscientizasse os estudantes acerca do assunto, intervindo e punindo corretamente, caso haja algum indício de sua prática no cotidiano escolar ou mesmo fora dele, assim como desenvolver campanhas de enfrentamento ao bullying. E, além disso, criar grupos de conversa para as vítimas de *bullying*, o que seria essencial para lidar de forma preventiva e reparadora.

Conforme afirma Olweus² (1993), o *bullying* ocorre há muito tempo nas relações sociais e além do ambiente escolar. O surgimento do termo tem a ver com a Noruega, quando foi identificado, o que futuramente seria chamado de *bullying*, já que antes da década de 1970, não havia uma ideia formada a respeito, tendo recebido esse nome, após a realização de pesquisas feitas com base no relato do suicídio de três jovens que sofriam, por conta de serem vítimas de práticas de *bullying*.

Ainda segundo esse autor, podemos caracterizá-lo quando: “[...] Um estudante está sofrendo *bullying* ou sendo vitimizado quando é exposto, repetidamente e durante um tempo, há ações negativas de um ou mais estudantes” (OLWEUS, 1993, p. 1171).

Para Ortiz (2011), a partir disso podemos fazer alusão à exclusão de estudantes no ambiente escolar, o que provavelmente poderá se tornar um caso de *bullying* futuramente. Com efeito, a não percepção de que estudantes se encontram excluídos por possuírem características consideradas “diferentes”, de acordo com o padrão imposto pela sociedade, acaba geralmente resultando em um tratamento indiferente, podendo chegar a circunstâncias onde passem a ser vítimas de *bullying*.

² De acordo com Hammes e Schwinn (2014, p. 2): “O termo *bullying* foi cunhado por Dan Olweus, professor da Universidade de Bergen, Noruega, numa das suas investigações sobre tendências suicidas em adolescentes e com a Campanha Nacional Anti-*bullying* nas escolas norueguesas (1993). No início dos anos 70, Dan Olweus iniciava investigações na escola sobre o problema dos agressores e suas vítimas, embora não se verificasse um interesse das instituições sobre o assunto.”

Mas ao mesmo passo, se tem noção de que nem sempre essa prática tem um motivo específico, o que desperta o interesse em analisar mais profundamente as suas causas. Podese então, levantar duas hipóteses, a primeira seria devido às questões familiares e, a segunda a questões psicológicas, podendo estar diretamente ligadas ou não aos problemas em casa.

Desse modo, se entende que a falta de atenção da família ou até mesmo problemas e discussões em casa podem acabar por gerar motivos para o agressor praticar *bullying*, uma vez que jogar seus problemas em outra pessoa, por meio do *bullying*, pode servir como uma “válvula de escape”. O que também ocorre com o chamado *cyberbullying*, que é a forma de *bullying* virtual, por meio de redes sociais, principalmente, do Twitter, Instagram e Facebook, embora o último não seja muito utilizado atualmente para essa prática (HOCH, 2018).

Dessa forma, é imposta mais uma forma de sofrimento às vítimas, por ser algo que pode ser ou não público, então conseqüentemente, poderá ser visto por outras pessoas, mesmo que não pertençam àquele espaço escolar.

Pode-se assim, analisar as conseqüências geradas a partir dessa prática. As suas conseqüências podem gerar problemas psicológicos bem graves que se não tratados acabam desencadeando processos de automutilação e suicídio em casos mais graves, pois essas seriam formas de “aliviar” a dor emocional, por meio da dor física. Mostrando assim, o quão o estado mental de quem sofre *bullying* pode ficar afetado.

Vale destacar que, acaba afetando também, o processo de aprendizagem e as relações sociais de crianças, adolescentes e jovens, fazendo com que se isolem ainda mais.

Logo, se vê que é muito necessária a atenção da família e da escola, pois em muitos casos, os filhos não são compreendidos, sendo a eles negado apoio e acolhimento, assim como as instituições de ensino que muitas vezes se mantêm omissas em casos de *bullying* escolar. Por isso, seria ideal que as escolas se conscientizassem acerca do assunto e adotassem estratégias de conscientização dos seus professores e estudantes.

Essa omissão escolar também ocorre na série “13 Reasons Why”, como pode ser verificado em sua primeira temporada. Com efeito Carrino e Giroto (2020, p. 15969), argumentam que: “[...] a série demonstra o abuso sexual, visualizando de forma indireta uma possível omissão escolar, bem como os transtornos ocasionados por tal ato e distanciamento da abordagem pedagógica da escola em relação à Educação Sexual.”.

Não obstante, como afirmado anteriormente, muitas vezes o *bullying* não é levado a sério pela escola, pois é visto como uma “brincadeira” entre crianças, adolescentes e jovens, fazendo com que grande parte dos agressores não seja punida, porque a instituição de ensino não toma as devidas providências, mostrando assim, claramente, a sua omissão nessa questão (SILVA; OLIVEIRA; BAZON; CECÍLIO, op. cit.).

Portanto, embora o *bullying* possa ser praticado também de forma oculta, as suas consequências para quem o sofre, frequentemente, incidem negativamente no desempenho escolar e na mudança do comportamento individual. Tal situação, geralmente, chega aos ouvidos dos professores, quando alguém próximo à vítima tenta ajudá-la ou até pela própria vítima, a fim de acabar com o sofrimento. Mas também, existem as vítimas que não têm coragem de denunciar os seus agressores, muitas vezes, em razão de ameaças.

Geralmente, os agressores são tidos como “populares” e se apresentam como sendo mais fortes fisicamente do que o seu “alvo”, porém nem sempre é assim, pois há também agressores com baixa popularidade (LOPES NETO, 2005).

Vale destacar, que os agressores procuram chamar a atenção desde pequenos, sendo possível observar algumas características, como a da prática de maus tratos com familiares, colegas, empregados domésticos ou profissionais e colegas de escola, sem qualquer remorso. Esse comportamento poderá gerar no futuro, um adulto violento, retraído e que utilizará meios ilícitos para alcançar os seus objetivos (ARAÚJO e SILVA, 2011).

De acordo com a Constituição Federal, o Código Penal Brasileiro e o Estatuto da Criança e do adolescente o *bullying* pode ser considerado crime. O Art. 146, do Código Penal diz que:

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver ridicularizado, por qualquer outro meio a

capacidade de resistência é crime de constrangimento ilegal (BRASIL, 1940).

Cabe destacar que, em relação ao *bullying*, enquanto um tipo de violência e o papel da família, da escola e da mídia, inicialmente, que, a família é considerada essencial para a formação da criança, pois a partir dela são estabelecidos os seus valores, sendo criada também a sua personalidade (LEVISKY, 1997).

O ideal é que a família represente um abrigo, onde prevaleça o amor e o carinho, todavia, nem sempre é desse jeito e, a criança, adolescente ou jovem acabam reproduzindo o ambiente familiar em outros contextos sociais. Sendo essa reprodução desde uma má educação até a própria violência (MINAYO, 2006).

Conclui-se que, existem duas causas para que os agressores ajam dessa forma. A primeira é uma reprodução dos maus tratados sofridos, em casa ou não; e, a segunda, seriam estratégias para esconder problemas pessoais ou inseguranças (PEREIRA, 2009).

Logo, em razão da família ser a primeira forma de acesso à educação, esta deve ensinar o “certo” e o “errado”, particularmente, no que diz respeito violência e o respeito ao próximo, pois a falta de imposição de limites faz aumentar significativamente o número de casos de violência nas escolas.

Ademais, é ideal que a família se mantenha atenta tanto em casa, quanto no que acontece na escola para assim poder perceber qualquer sinal de violência, sendo seu filho ou filha agressora ou vítima, além de se mostrar presente na vida da criança, jovem ou adolescente, procurando conversar e se inteirar sobre tudo que acontece nela. Desse modo, poderá fazer algo em tempo hábil e contribuir efetivamente na prevenção e enfrentamento de qualquer situação de violência escolar (PEREIRA, 2009).

Assim, também na escola devem ser obtidos aprendizados e orientações importantes para a vida dos estudantes, bem como deve ser um ambiente seguro e acolhedor para quem a frequenta, mas, infelizmente, não é sempre assim, pois quando se trata de casos de *bullying*, notoriamente não há muitos profissionais capacitados para lidar com esse problema. Isto porque, ao longo de sua formação, os profissionais ligados à área de

educação, não costumam passar por cursos ou treinamentos que os preparem para lidar na prevenção e enfrentamento à prática do *bullying* (ABRAMOVAY e RUA, 2002).

A esse respeito, Fante (2002) postula que:

[...] os nossos professores ainda não sabem distinguir entre condutas violentas e brincadeiras próprias da idade, bem como lhes falta preparo para identificar, diagnosticar e desenvolver estratégias pedagógicas para enfrentar os problemas do *bullying* (FANTE, 2002, p. 67).

Com efeito, os professores podem promover ainda mais essa prática, por meio de atividades em sala de aula, as quais podem causar desavenças e competições entre os estudantes. Por isso, é ideal que fiquem atentos para qualquer tipo de problema que venha surgir, evitando brigas, constrangimentos e humilhações entre os estudantes (ARAÚJO e SILVA, 2011).

Contudo, o máximo que fazem, geralmente, é punir, mas a punição pode causar um efeito contrário, ou seja, aumentar o sentimento de raiva do agressor. Aqui, vale a pena dialogar com o filósofo Michel Foucault³ que trabalhou em seu clássico livro – “Vigiar e Punir”, entre outras questões, a relacionada à punição e disciplina. Assim, segundo Foucault (1987):

A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção. O professor deve evitar, tanto quanto possível, usar castigos; ao contrário, deve procurar tornar as recompensas mais frequentes que as penas, sendo os preguiçosos mais incitados pelo desejo de ser recompensados como os diligentes que pelo

³ De acordo com Frazão (s/d) do site ebiografia, Michel Paul Foucault foi um filósofo francês que exerceu grande influência sobre os intelectuais da contemporaneidade, tendo ficado mais conhecido por sua posição contrária ao sistema prisional tradicional. Nasceu em Poitiers (França), no dia 15 de outubro de 1926, tendo estudado no Lycée Henri IV e, posteriormente, na École Normale Supérieure (Paris), na qual desenvolveu o seu interesse por Filosofia. Além disso, estudou na Sorbonne, onde se formou nos cursos de Filosofia e Psicologia. No ano de 1954 publicou o livro: “Doença Mental e Psicologia” e, em 1961, a sua mais célebre obra: “História da Loucura na Era Clássica”. Outras publicações importantes: “O Nascimento da Clínica” (1963); “As Palavras e as Coisas” (1966); “Vigiar e Punir” (1975); e, “História da Sexualidade” (1984). Ele faleceu em Paris como decorrência das complicações da AIDS, no dia 26 de junho de 1984. Com efeito, foi a primeira figura pública a morrer da doença na França. Cabe destacar que, o seu parceiro Daniel Defert fundou uma instituição de caridade para doentes de AIDS, em sua memória.

receio dos castigos; por isso será muito proveitoso, quando o mestre for obrigado a usar de castigo, que ele ganhe, se puder, o coração da criança, antes de aplicar-lhe o castigo (FOUCAULT, 1987, p. 161).

Diante disso, a escola deve se conscientizar para entender como esse fato funciona e assim intervir para proporcionar um ambiente saudável e seguro para seus estudantes. De

mesmo modo, juntamente com os pais deve tentar ao máximo apaziguar a violência presente, e, em especial, os pais, devem conhecer os hábitos de seus filhos em relação ao uso de dispositivos eletrônicos e das redes sociais.

Igualmente, a mídia tem um grande papel de influenciadora na formação da personalidade de crianças, adolescentes e jovens, pois há muitos programas que contêm cenas violentas e, às vezes, os pais não podem observar e controlar o que os filhos veem (LEVISKY, 1997).

No que diz respeito, às consequências e implicações do *bullying* no ambiente escolar é possível afirmar que para os agressores, a vida pode sofrer danos, ter dificuldade para respeitar regras, acabar acreditando que tudo deve ser resolvido com força bruta e, ter dificuldade para se relacionar.

E, para as vítimas, não é tão diferente, pois também têm suas vidas destruídas, já que tudo passa a não ter mais graça, perdem sua essência e ficam infelizes; têm problemas de autoconfiança e autoestima, assim como a confiança no próximo, adquirindo problemas psicológicos graves.

Portanto, o *bullying* pode traumatizar o indivíduo e afetar o seu psicológico, fazendo surgir sinais e sintomas que caracterizam a Síndrome de Maus-Tratos Repetitivos (SMAR), a qual é causada pela repetição dos atos violentos no ambiente escolar. Pereira (2014) afirma que:

Essa síndrome é oriunda do modelo educativo predominante, introjetado pela criança na primeira infância. Sendo repetidamente exposta a estímulos agressivos, aversivos ao seu psiquismo, a criança os introjeta inconscientemente ao seu repertório comportamental, transformando-se

posteriormente numa dinâmica psíquica mandante de suas ações e reações. Dessa forma, estará predisposta a reproduzir a agressividade sofrida ou a reprimi-la, comprometendo, assim, o seu processo de socialização (PEREIRA, 2014, p. 62).

Além da SMAR, há consequências fora da área psicológica, como a queda no rendimento escolar, no social e no emocional (FANTE, 2002).

Nesse sentido, Lopes Neto (2005) lista sinais e sintomas das vítimas de *bullying*, são eles:

Enurese noturna, alterações do sono, cefaleia, dor epigástrica, desmaios, vômitos, dores em extremidades, paralisias, hiperventilação, queixas visuais, síndrome do intestino irritável, anorexia, bulimia, isolamento, tentativas de suicídio, irritabilidade, agressividade, ansiedade, perda de memória, histeria, depressão, pânico, relatos de medo, resistência em ir à escola, demonstrações de tristeza, insegurança por estar na escola, mau rendimento escolar, atos deliberados de autoagressão (LOPES NETO, 2005).

Além disso, outra consequência é a evasão escolar por medo de sofrer agressões, o que mais gravemente, pode ocasionar suicídio (CONSTANTINI, 2004).

Sendo assim, os profissionais das escolas devem estar atentos à rotina desses ambientes, a fim de identificar qualquer prática violenta, no seu nascedouro para evitar problemas mais graves e aumentar as chances de impedir o seu início ou a sua continuidade (ARAÚJO e SILVA, 2011).

A escola deve promover um ambiente seguro, acolhedor e propício para a o aprendizado. Da mesma forma, tanto a escola, quanto os pais, precisam ensinar as crianças, adolescentes e jovens a utilizar a mídia e as redes sociais da forma correta, além de estabelecer regras claras e pactuadas sobre o que deve ser visto e publicado (PEREIRA, 2009).

Contudo, Carrino e Giroto (2020), fazem a seguinte advertência:

É claro, não podemos delegar toda culpa somente em face das condições escolares, mas é nítido como boa parte dos principais e graves acontecimentos, ocorrem dentro dos

muros escolares. No sentido que a própria escola não toma ciência diante dos fatos ou até mesmo orientações, melhores diretrizes e posicionamento em relação à gravidade contextual que vem sendo trazida para o ambiente educacional. Até mesmo na sociedade atual, o círculo familiar, bem como a escola, parecem aderir de barreiras para avançar sobre o assunto que remete a sexualidade do adolescente (CARRINO e GIROTO, 2020, p. 15978).

Essa reflexão de Carrino e Giroto (op. cit.) abre espaço para uma problematização do papel mídia, tal como Rodrigues (2019) faz em relação à sua responsabilidade na apresentação do suicídio, no âmbito da série “13 Reasons Why”. Isto porque:

A mídia formula pensamentos que convergem com o presente e o futuro, por isso é tão sujeita a diversas interferências sociais. A adolescência é uma etapa de autoconhecimento e também está bombardeada por discursos de diversos tipos, tanto pela televisão como pela internet. Há um papel muito importante de como a mídia deve veicular determinados conteúdos, mas é papel também da sociedade deixar de lado determinados “tabus” como o suicídio (RODRIGUES, 2020, p. 30).

Compreende-se, portanto, que a questão do *bullying* é complexa e possui muitas dimensões de corresponsabilidade, mas a centralidade do estudo proposto está na discussão do *bullying* escolar, a partir da primeira temporada da série “13 Reasons Why”, bem como nas possíveis estratégias de prevenção e enfrentamento, o que será tratado no Capítulo 3.

CAPÍTULO 3 – BULLYING ESCOLAR NO BRASIL: ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO: UM OLHAR COM BASE NA SÉRIE

“13 REASONS WHY”

Entende-se que é essencial haver um olhar para a série “13 Reasons Why”, pois fica claro que aborda como afirmado anteriormente, questões muito sensíveis, tais como *bullying*, violência sexual e o suicídio da protagonista, Hannah Baker, a qual tenta de diversas formas pedir ajuda aos seus colegas e outros membros escolares, sendo que por fim, acaba cometendo suicídio.

Nesse caso, o “gatilho” foi a conversa com o conselheiro escolar que não soube acolher e dialogar com Hannah da forma mais adequada, o que não aconteceria caso fosse um profissional mais bem qualificado para atuar nesse tipo de situação.

Demonstra-se também, a relevância que a referida série tem, pois é um instrumento para dar início ao debate sobre esses temas tão significativos e ainda presentes frequentemente na sociedade contemporânea. Então, a série é um ótimo meio para conscientizar acerca do *bullying* e da violência sexual, os quais podem ter consequências fatais como no caso de sua protagonista, o que por essa razão, não deve ser banalizado.

Para Ristum (2010), o que se justifica em razão da costumeira banalização e naturalização do *bullying*:

[...] acaba por dificultar o seu enfrentamento e prevenção, e isso é visto não só pela escola como também pelos alunos, como um processo que faz parte do cotidiano escolar. Ademais, algo que também corrobora com tal fator é o pensamento dos docentes em achar que isso é algo da idade (RISTUM, 2010, p. 108).

E, Ristum (op. cit.), continua a sua reflexão acerca da questão da violência escolar de forma geral, afirmando que:

A violência escolar se expressa em várias modalidades: violência entre alunos, violência de aluno contra professor, da escola e do professor contra o aluno, entre os profissionais da educação, do sistema de ensino contra a escola e o professor,

do funcionário contra o aluno, do aluno contra o patrimônio da escola (depredação) e outras (RISTUM, 2010, p. 79).

Contudo, a responsabilidade não é apenas da escola, mas da mídia, família, professores e funcionários da escola que devem receber qualificação adequada para saberem como construir e manter um ambiente escolar saudável (SILVA e RODRIGUES, 2020).

E, para Hammes e Schwinn (2014), também é dever do Estado combater o *bullying*, mediante políticas públicas que visem a prevenção e enfrentamento das práticas violentas, por intermédio de diferentes canais, mas que por fim tenham como objetivo a impedir e/ou reduzir a disseminação da violência escolar.

Sendo assim, é necessário que seja algo avaliado, revisto e discutido constantemente com a comunidade escolar, pois todos têm, em conjunto, uma parcela de responsabilidade.

Entretanto, Silva (2012, p. 162), postula que a: “[...] ação das escolas perante o assunto ainda está em fase embrionária.”. Sendo assim, grande parte dos profissionais da educação ainda não estão qualificados para detectarem e intervirem a violência entre seus alunos ou entre os alunos e o corpo acadêmico. Para essa autora essa situação se deve ao descaso, falta de entendimento e, talvez, pela negligência da existência do fenômeno. E ela continua o seu argumento, afirmando que o *bullying* ocorre em todas as escolas, independentemente de seus hábitos, localização ou situação socioeconômica dos estudantes. Sendo assim, se pode dizer que está presente, de forma “democrática”, em 100% das escolas em todo o mundo, públicas ou particulares.

Porém, o que pode mudar são os resultados encontrados em cada realidade escolar. Isso se dá pelo fato de que cada instituição tem uma compreensão e lida de uma forma diferente em relação tal problema.

Sendo assim, é imprescindível que a escola reconheça a necessidade de um psicólogo para ajudar os adolescentes e manter um ambiente saudável, trazendo a família para esse meio, e podendo até mesmo ajudar a preparar os docentes e funcionários da escola para lidar com esses casos de violência, inclusive, no ambiente familiar.

Para tanto, Lyra e outros colaboradores (2010) postulam que:

[...] a escola pode contribuir para a promoção de direitos e para a prevenção e o enfrentamento da violência familiar, entendendo seu papel como fundamental na identificação do problema e na prevenção (LYRA et al., 2010, p. 143).

Isso porque, em grande parte dos casos, o *bullying* não é percebido por professores, uma vez que essa prática é realizada de forma velada, geralmente nos corredores, refeitório, ou seja, em locais onde não se tem muitas vezes, uma “vigilância escolar” mais efetiva (SILVA; OLIVEIRA; BAZON; CECÍLIO, 2013).

Portanto, a escola deve pensar no desenvolvimento e implementação de projetos de intervenção como algo essencial para a sua comunidade, assim como, atrair para a sua estrutura, profissionais especializados que possam tratar cuidadosamente da questão da violência e, mais especificamente, do *bullying* escolar, tanto com os agressores, quanto com as vítimas.

Entende-se, assim, que a escola tem formas de minimizar os casos de violência, por exemplo, criando programas de intervenção *antibullying*, enfrentando e reconhecendo a existência de práticas de bullying em seu interior. Para tanto, deve o mais breve possível, informar aos pais de seus estudantes, o que está sendo feito para a prevenção do *bullying*. Além disso, é fundamental ouvir e acolher os estudantes com o objetivo de solucionar as dificuldades decorrentes do sofrimento por conta do *bullying*, garantindo que quebrem as barreiras impeditivas da identificação e denúncia dos atos e práticas dessa e demais violências (GUIMARÃES, 2019).

Não obstante, Lyra e outros colaboradores (op. cit.) argumentam que principalmente nas escolas de rede pública:

Grande parte dos professores ou funcionários fica apreensiva quanto à atitude que deverá ser tomada por medo da reação dos agressores, uma vez que muitas vezes são ofendidos verbalmente e ameaçados, até mesmo de morte, e isso acontece principalmente em escolas de rede pública, local onde o controle dos alunos é mais difícil (LYRA et al., op. cit., p. 163).

Por outro lado, Ristum (2010), pontua que em relação às escolas de rede particular de ensino:

[...] destaca-se mais as violências ocorridas fora da sala de aula, em especial na prática de esportes. Infere-se que, nessas escolas, há mais controle dos alunos do que nas escolas públicas (RISTUM, 2010, p. 81).

Com efeito, é possível afirmar que algumas escolas públicas decidem conceder maior “liberdade” aos estudantes, particularmente, aqueles do Ensino Médio. Contudo, existem também redes particulares de ensino que atuam de forma negligente.

Em consequência, crianças, adolescentes e jovens acabam agindo como “querem”, o que muitas vezes não resulta em nenhum tipo de punição, fazendo com que se sintam como uma espécie de “autoridades locais” e ajam desrespeitosamente com colegas, professores e funcionários, pois uma vez concedida a “liberdade”, fica mais difícil de restringi-la, bem como estabelecer a “ordem”, por meio de regulamentos internos.

Tendo como base, o estudo de caso realizado por Rolim (2008) sobre a prática do *bullying*, na escola Estadual Odila Gay da Fonseca, na Zona Sul de Porto Alegre (RS), é possível observar que a percepção dos estudantes em relação à direção da escola em questão, é de que em grande parte dos casos, não pune os agressores.

Além disso, de acordo com relatos dos professores entrevistados por Rolim (op. cit.), os estudantes não teriam “disciplina”, o que corroboraria para a manutenção de um ambiente escolar violento. Os professores em sua maioria relatam ainda que, a direção na maioria dos casos, quando está ciente dos casos de violência, pune os culpados, mas há uma parcela que afirmou que a direção procura resolver o problema, mas sem puni-los.

Portanto, se percebe que a referida escola lida com situações e práticas violentas o tempo todo, mas não possui uma abordagem pedagógica articulada que colabore no enfrentamento do problema de forma rápida e eficaz.

Em entrevista concedida à Goulart (2011), Marlene Snyder⁴ afirmou que:

⁴ Diretora de desenvolvimento do programa anti-*bullying* do Instituto Olweus.

Mesmo quando o bullying acontece fora da sala de aula, a escola têm responsabilidade, porque os desdobramentos

dessa prática estarão presentes no comportamento dos alunos. Nesse processo, o relacionamento professor-aluno é fundamental. É por meio desse canal que o bullying pode ser identificado. Mas para isso, os docentes precisam estar treinados. Eles precisam entender que o bullying acontece a qualquer momento e com qualquer aluno (GOULART, 2011).

Portanto, a presença de psicólogos escolares se faz extremamente necessária, já que são fundamentais para a análise comportamental, podendo colaborar em situações que acontecem dentro e fora da escola, devido à falta de diálogo. Não obstante, se observa a falta de compreensão de sua importância nos ambientes escolares, o que por consequência acaba refletindo no clima das instituições de ensino, fato também ocorrido na série “13 Reasons Why”.

E, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude, há que se considerar primeiramente o bem-estar da criança, do adolescente e do jovem, se avaliando implicitamente a importância do diálogo entre escola, família e comunidade (ABRAMOVAY; SILVA, 2021).

Sabe-se que a cultura de direitos humanos tem a ver com a escola e com o trabalho pedagógico desenvolvido por professores, no qual se tem os direitos humanos como respeito ao próximo, independentemente da cor, raça, sexo, sexualidade e classe social, por exemplo. Além disso, segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a escola e a educação são ideias para promover a cultura de direitos humanos (MOEHLECKE, 2010).

Todavia, é notório que a partir do momento em que o *bullying* se instala na escola, muitos professores se perguntam o que fazer diante dessa problemática. Inicialmente, é necessário reconhecê-lo como um problema social e que, a escola é indispensável para a sua resolução, por meio de condutas e projetos preventivos que busquem parceria com as famílias dos estudantes (FANTE; PEDRA, 2008).

Por outro lado, de acordo com Lyra e outros colaboradores (2010) é fundamental que a escola também esteja atenta para observar quando os seus estudantes estão sendo vítimas de violência familiar, devendo informar, caso constate, o Conselho Tutelar responsável pelo território da família envolvida.

Isso porque, no caso da violência familiar, há interferência direta na vida acadêmica do estudante e, a escola como qualquer instituição que tenha como objetivo garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, tem um papel estratégico na prevenção da violência familiar. Escolas que estimulam a participação dos pais e que possuem interação com eles conseguem ajudar melhor as famílias que usam a violência como forma de “solução” de conflitos (LYRA et al., op. cit.).

Dessa maneira, Lyra e outros colaboradores recorrem a Ristum (2009) colocando que:

A importância da escola na prevenção da violência familiar fica ainda mais evidente quando se leva em conta que crianças e adolescentes passam grande parte do tempo dentro dos muros escolares, construindo um contato diário e prolongado com os profissionais. Muitas vezes a escola pode se constituir na sua única fonte de proteção, especialmente nos casos em que os familiares são os agressores, e as crianças e os adolescentes não encontram em outros membros da família a confiança e o apoio necessários para falar da violência que sofrem” (RISTUM, 2009 apud LYRA et al., op. cit., p. 161).

Portanto, identificar tais situações, ouvir e acolher são ações fundamentais que cabem à escola. Contudo, às vezes, tais medidas não são efetivadas, pois há receio por parte dos professores, em agir em algo que talvez não lhes diga respeito, o que acaba por ser prejudicial para o estudante que continuará sendo vítima de violência familiar (LYRA et al., op. cit.).

Além disso, se torna ideal o convite e advertência, realização de atividades educativas com as famílias consideradas abusivas, encaminhamento dos casos a órgãos de atenção e apoio à criança e adolescente e, quando couber, denúncia às agências competentes, tais como Conselhos Tutelares e Ministério Público (LYRA et al., 2010).

Sendo assim, para tratar das estratégias de enfrentamento ou de combate à prática do *bullying*, se torna essencial esclarecer que é um problema mundial e envolve também a saúde pública, pois deixa marcas físicas e psíquicas muito profundas em quem sofre com essa prática, então como afirmado anteriormente, cabe à escola, principalmente, estabelecer medidas que visem se não extinguir, ao menos reduzi-la bastante.

De acordo com Silva (2012), é necessário que as escolas, inicialmente, reconheçam a existência do *bullying*, nas suas diversas formas e tomem consciência dos prejuízos que pode trazer para o desenvolvimento socioeducacional e estruturação da personalidade de seus estudantes. Com efeito, *bullying* é um fato e não dá mais para “botar panos quentes” nas suas evidências.

E, como segundo passo, Silva (op. cit., p. 161) também defende que “as escolas necessitam capacitar seus profissionais para a identificação, o diagnóstico, a intervenção e o encaminhamento adequado de todos os casos ocorridos em suas dependências”.

Já em terceiro lugar, mas não menos importante, Silva (op. cit.) pontua que as instituições de ensino têm o dever de conduzir o tema a uma discussão generalizada, que sensibilize toda a sua comunidade ao redor, para que haja o somatório de esforços, a fim de combater o *bullying*. Logo, é preciso também contar com a colaboração de especialistas que estejam familiarizados e que dominem o tema, além de estarem acostumados a lidar com essa pauta. Entre eles, incluem-se profissionais de diversas áreas, como pediatras, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais.

Outra medida que a autora supracitada aponta é o estabelecimento, por parte da escola, de parcerias com instituições públicas ligadas à educação e ao direito, dentre as quais se destacam: Conselhos Tutelares, Delegacia da Criança e do Adolescente, Promotorias Públicas, Varas da Infância e Juventude, Promotorias da Educação. O somatório de forças é capaz de multiplicar a eficácia e a rapidez das medidas tomadas contra o problema. E quando se trata de *bullying*, o tempo sempre trabalha a favor dos agressores e contra as vítimas, que, na maioria das vezes, veem com perplexidade as suas vidas sendo destruídas em uma velocidade assustadora.

Por fim, Silva (op. cit.) coloca que de maneira prática e objetiva, a escola deve procurar meios para se informar sobre as formas que possibilitem identificar quais são as experiências e os sentimentos que seus alunos possuem em relação ao *bullying*. Assim: “Uma possibilidade é utilizar o questionário desenvolvido, em 1989, por Dan Olweus, em suas pesquisas sobre o assunto” (SILVA, op. cit., p. 163).

Portanto, a escola tem um papel essencial para a formação da maioria dos indivíduos, pois é lá que passam boa parte do seu tempo, sendo incentivados a aprender com diversas experiências que possibilitam a absorção de conhecimentos tornando-os capazes de lidar com problemas com mais certeza e compreensão, respeitando a si mesmo e ao outro (GUIMARÃES, 2019).

Em concordância, Pereira (2009) pontua que a escola poderá combater o *bullying*, caso realize reuniões e palestras com o intuito de conscientizar toda a comunidade escolar, adotando estratégias como trabalhos acadêmicos que busquem a harmonia social, envolvendo tanto as vítimas, quanto os agressores. E, atuando também, na intervenção mediante a vigilância, principalmente, em locais da escola que são poucos vigiados.

Sendo assim, para Santos (2012), no combate ao *bullying*, todo o corpo docente deve estabelecer uma relação direta com os pais. Essa conexão em busca de respostas poderá auxiliar na resolução de várias divergências e trazer paz para a escola.

Em concordância com Pereira (op. cit.) e Santos (op. cit.), Chalita (2008), afirma que é indispensável que se estabeleça uma parceria entre a escola e a família. Sobretudo, é preciso que pais e educadores tenham um olhar atento, amoroso e sensível, que propicie atitudes efetivas no acolhimento das angústias e dos medos. Para tanto, é fundamental que os adultos não neguem os fatos, nem se coloquem à parte dos acontecimentos, arriscando diagnósticos precipitados ou naturalizando tais “brincadeiras de mau gosto”.

Esse “mal” que afeta a sociedade mundial e aumenta de forma preocupante como uma epidemia, pode e deve ser combatido, a fim de preservar a sanidade mental dos estudantes da Educação Básica, além de evitar os prejuízos sócio educacionais que acabam angustiando, direta ou indiretamente, toda a comunidade escolar.

Ademais, se pode inferir que além de apresentar qualidade de ensino, a “boa escola” não é aquela onde o *bullying* não ocorre, mas sim aquela que, quando surge o problema, sabe lidar da forma mais correta possível e com perseverança. O descaso em relação à sua ocorrência pode afetar a todos, pois torna mais difícil e até inviabiliza as ações preventivas do problema (SANTOS, 2012).

E, paralelamente ao trabalho da comunidade escolar e dos órgãos educacionais que pode contribuir para a conscientização de toda a sociedade, a imprensa e os grandes veículos de comunicação têm como tarefa divulgar o assunto. Somente dessa forma é possível despertar as autoridades públicas e exigir delas, a criação de políticas governamentais capazes de prevenir o *bullying* e/ou minimizar os efeitos individuais e coletivos desse fenômeno.

Outrossim, seria de suma importância que os estudantes fossem incentivados a escrever um tipo de autobiografia escolar, com o intuito de fazer com que possam expor os seus sentimentos, pensamentos e emoções que por algum motivo, medo talvez, estejam escondidos e guardados para si mesmos (SANTOS, op. cit.).

Porém, a autobiografia deve ser documentada de forma segura, de modo que possa garantir o anonimato de seus relatos. Dessa maneira, o estudante se sentirá seguro e confortável, podendo quebrar o silêncio que, em grande parte dos casos, prevalece em relação ao assunto dentro das salas de aula (SANTOS, op. cit.).

Como reiterado anteriormente, o papel dos professores é fundamental para a detecção precoce dos casos de *bullying*. Em geral, são os que mantêm a observação mais privilegiada das interações pessoais que ocorrem entre os estudantes de uma mesma turma. O ideal é que anotem na ficha individual do estudante, as suas impressões e percepções sobre aqueles que venham a despertar a sua atenção. Para facilitar o seu trabalho, a escola pode providenciar uma folha de apontamentos, em que estejam listados diversos indicativos do comportamento *bullying*, para que o professor assinale os que se aplicam a cada estudante. Contudo, mesmo com a sobrecarga de trabalho enfrentada, essa sistematização poderá ser de grande valia (SILVA, 2012).

Fante e Pedra (2008, p. 106) concordam com o postulado acima e aconselham os professores na prevenção ao *bullying* a:

- . Observarem com atenção o comportamento dos estudantes, dentro e fora de sala de aula, e perceberem se há quedas bruscas individuais no rendimento escolar;

- . Incentivarem a solidariedade, a generosidade e o respeito às diferenças através de conversas, trabalhos didáticos e até de campanhas de incentivo à paz e à tolerância;

- . Desenvolverem, desde já, dentro de sala de aula um ambiente favorável à comunicação entre os estudantes;

- . Procurarem imediatamente a direção da escola mediante reclamação ou denúncia de violência.

E, de acordo com Fante (2005, p. 81) “nas últimas décadas, o bullying vem sendo tema de preocupação e interesse no meio educacional e social em todo o mundo”, motivo pelo qual existem diversos meios de para esclarecer dúvidas e receber denúncias. A autora afirma ainda que no Brasil, o tema “violência” se tornou prioridade de todas as escolas, motivo pelo qual, inúmeros projetos e programas estão sendo desenvolvidos, visando à diminuição da violência escolar, com ênfase específica na violência explícita. Entretanto, são escassas as notícias que temos sobre o desenvolvimento de programas educacionais que incluam o combate e a prevenção do fenômeno *bullying* em nossas escolas (FANTE, op. cit.).

Já para Hammes e Schwinn (2014), o que vale para a escola, vale também para o poder público, o qual de antemão, deve ter a consciência de que esse já é encarado como um problema de saúde pública. Portanto, é preciso ter um olhar mais crítico e atento. por parte dos professores, gestores e dos demais profissionais ligados à escola.

Os autores supracitados continuam a sua argumentação, defendendo ainda que o *bullying* seja visto como um problema, devendo ser tratado com severidade, visto que pode causar marcas nas vítimas. É possível afirmar que a sociedade mesmo que de forma lenta está indo em direção ao combate a esse tipo de violência. A partir disso, tem sido introduzidos no Brasil, trabalhos muito significativos como o Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre Estudantes, criado pela Associação Brasileira

Multiprofissional de Proteção à Criança e à Adolescência (ABRAPIA), em parceria com a Petrobrás Social, o qual foi desenvolvido em onze escolas do município do Rio de Janeiro (HAMMES; SCHWINN, op. cit.).

Além dessa iniciativa, Hammes e Schwinn (2014), citam a da pesquisadora Cleo Fante que possui cerca de dez anos de experiência no estudo do *bullying* no país, tendo criado o “Programa Antibullying: Educar para a Paz”, o qual foi implantado em diversas escolas do Brasil e Portugal e tem entre seus objetivos, conscientizar os estudantes sobre o fenômeno, bem como alertar para as consequências que podem ser causadas, mediante a análise de experiências vivenciadas no cotidiano.

Partindo dessa perspectiva, o Programa desenvolve, por meio da interiorização de valores humanos, a percepção das implicações que a conduta agressiva pode gerar no outro, para que os estudantes se comprometam com o bem-estar comum, se tornando agentes de transformação da violência e de construção de uma realidade de paz nas escolas.

Os autores supracitados informam que no Brasil, o referido Programa está sendo implementado desde agosto de 2002, em uma escola da Rede Pública Municipal de São José do Rio Preto (SP), obtendo resultados comprovados, sendo composto por estratégias psicopedagógicas e socioeducacionais que visam à intervenção e prevenção da violência nas escolas, com enfoque específico na redução do fenômeno *bullying* entre os estudantes.

Não obstante, vale a pena trazer a reflexão de Rodrigues (2019), quando pontua que a questão do suicídio no mundo é um problema preocupante para a saúde mental e a economia de um país. Para tanto, a pessoa que pratica o autoextermínio, reflete indubitavelmente na questão social e cultural de qualquer lugar. A autora argumenta ainda que, cada país possui o seu próprio plano de prevenção e combate ao suicídio, recordando que a OMS (2017) deixou claro que nessa “guerra” contra o suicídio da população mundial, se tornou essencial que os países colaborem entre si para superar os altos índices de suicídios.

Com efeito, Rodrigues (op. cit.), também pontua em relação à série “13 Reasons Why” que:

A série *13 Reasons Why* [grifos da autora] impactou o mundo todo, principalmente no Brasil e nos Estados Unidos, de acordo com o estudo de Cristian Kieling, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2017 cerca de 4,7% das pessoas entrevistadas na pesquisa relataram ter passado por alguma dessas situações citadas na história de Hannah. Uma das cenas mais questionadas pelos pesquisadores e psiquiatras é a de mais ou menos três minutos, tempo razoavelmente longo para uma cena audiovisual, que mostra com detalhes a maneira como a jovem Hannah Baker tira a própria vida (RODRIGUES, op. cit., p. 48).

Diante do exposto, é possível afirmar que se na Liberty High School, a escola de Hannah Baker, houvesse estratégias de prevenção e enfrentamento ao *bullying* como as descritas anteriormente, o desfecho seria outro. Como afirma Santos (2012), em trecho supracitado, a “boa escola”, não é aquela onde *bullying* não ocorre, até porque, essa escola não existe nem na ficção, mas é aquela que sabe lidar da forma mais correta possível e contínua.

Portanto, a escola deve escutar e dar atenção às reclamações e denúncias dos estudantes quanto à violência. Ademais, a escola deve registrar toda e qualquer reclamação, fazendo a devida identificação dos agressores e das vítimas da ocorrência (LOPES NETO, 2005).

Também deve estar atenta à frequência das agressões, sendo essencial manter a família, bem como professores, coordenadores pedagógicos e gestores das instituições informados a respeito, para que seja possível tomar as devidas providências frente aos atos e práticas de *bullying* e demais violências existentes no âmbito escolar.

CONCLUSÃO

De maneira primordial, se pode perceber que o *bullying* tem acontecido com bastante frequência, entretanto, não tem tanta notoriedade e, por isso, dificulta a sua prevenção e enfrentamento.

Sob esse viés, vale ressaltar a importância desse tema, uma vez que a falta de debate é uma das principais causas para a sua disseminação no ambiente escolar. Portanto, se pode inferir que as escolas, em sua maioria, não estão preparadas para lidar com o problema em questão, já que não muitas não estão adaptadas do ponto de vista pedagógico, devido à ausência de profissionais especializados, como psicólogos, o que por si só causa inúmeras consequências para os estudantes e a própria escola.

Sendo assim, é possível observar o seu importante papel em grande parte dos problemas de violência escolar, os quais poderiam ser amplamente resolvidos, caso buscase mudar essa circunstância, na qual vários indivíduos estão envolvidos.

Além disso, a família também tem grande responsabilidade e influência no sentido de mudar essa realidade de violência que pode ter um desfecho fatal como na série “13 Reasons Why”, pois muitos princípios, inclusive, de convivência, devem partir de casa. Portanto, a partir da análise feita sobre a referida série, é possível afirmar que os atos e práticas de *bullying* acontecem no mundo todo, muitas vezes de forma trágica.

Então, é de grande valia que haja estudos a respeito em ambientes escolares, para servir de instrumentos de conscientização que possam contribuir para a reversão das estatísticas e mortes devido a essa prática violenta.

Desse modo, o presente estudo teve como intuito contribuir na reflexão de estratégias que permitam prevenir e enfrentar o *bullying* escolar, entendendo-o, enquanto um tipo de violência praticada em ambiente escolar físico e virtual, por extensão, no sentido de evitar o sofrimento de crianças, adolescentes e jovens que podem, caso não encontrem na escola um espaço de proteção e escuta, cometer o suicídio. Logo, se pretende contribuir também, no estímulo ao desenvolvimento de mais pesquisas e projetos de intervenção pedagógica que tenham a preocupação em somar esforços no combate ao *bullying* escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, M; SILVA A. P. da. *Violências e bullying no contexto escolar: Uma Reflexão-ação Compartilhada Com os/as Estudantes*. [Projeto Emaranhando Vidas –

Coleção Trilhos da Educação]. [livro eletrônico]. São Luís: Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão / Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2021. Disponível em: <<https://flacso.org.br/files/2021/12/09.-Viol%C3%A2ncia-e-Bullying-noContexto-Escolar.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

ALMEIDA, F. M. de. O Suicídio: Contribuições de Émile Durkheim e Karl Marx para a compreensão desse fenômeno na contemporaneidade. Marília, *Aurora*, Seção Miscelânea, v.11, n. 1, p. 119-138, jan.-jun., 2018. <https://doi.org/10.36311/19828004.2018.v11n1.07.p119>.

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. A. S. Do *bullying* ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia & Sociedade*, vol. 20, n. 1, p. 33-42, 2008.

ARAÚJO, C. P. da S; SILVA, L. R. dos. *Bullying na escola: Essa brincadeira não tem graça*. Anais do V Colóquio Internacional – “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão (SE), Brasil, p. 1-16, 21 a 23 de setembro de 2011.

AREIAS, K. *Lei federal já em vigor cria ações para prevenir o bullying*. Publicado em: 01 fev. 2016. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-02-22/lei-federal-jaem-vigor-cria-acoeparaprevenir-o-bullying.html>>. Acesso em: 04 de jan. 2022.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei n. 2.848. [Código Penal]. Publicado em: 07 dez. 1940. Disponível em: <<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei284840>>>. Acesso: 18 abr. 2021.

CANALTECH. *Jay Asher – Autor de “Os 13 Porquês”*. [Minibiografia]. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/celebridade/jayasher/>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

CANÂVEZ, F. A escola na contemporaneidade: uma análise crítica do *bullying*. São Paulo, *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 9, n. 2, mai.-ago., p. 271-278, 2015.

CARRINO, A. L.; GIROTO, C. R. M. Suicidalidade, Educação Sexual e possíveis Transtornos Mentais em discurso na série “13 Reasons Why”. Curitiba, *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n 3, mar., p.15966-15983, 2020. ISSN 2525-8761.

CHALITA, G. *Pedagogia da amizade – Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores*. São Paulo: Gente, 2008, 5 ed.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, vol. 4, n. 8, p. 432-443, 2002.

CONSTANTINI, A. *Bullying, como combatê-lo?: prevenir e enfrentar a violência entre jovens*. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.

DURKHEIM, E. *O Suicídio*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ESTADO RIO DE JANEIRO. GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n. 7.409. Publicada em: 10 ago. 2016. Altera a Lei n. 5.645, de 6 de janeiro de 2010, para incluir, no calendário de eventos do Estado do Rio de Janeiro, a Semana Estadual de Educação para o Combate à Violência nas Escolas. Disponível em: <<https://govrj.jusbrasil.com.br/legislacao/379239049/lei-7409-16-rio-de-janeiro-rj>>.

FANTE, C. A. Z. Bullying escolar. São Paulo, *Jornal Diretor Udemo*, ano V, n. 02, mar., 2002.

_____. *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas-SP: Verus Editora, 2005, 2 ed.

FANTE, C. A. Z.; PEDRA, J. A. *Bullying escolar: perguntas e respostas*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FOGAÇA, V. H. B. “13 reasons why” e o rompimento do paradigma do silêncio: uma breve reflexão sociológica. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 207, ago., mensal, ano XVIII, p. 108121, 2018. ISSN 1519.6186.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. [Tradução: Raquel Ramallete]. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRAZÃO, D. *Michel Foucault – filósofo francês*. [eBiografia]. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/michel_foucault/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

_____. *Émile Durkheim – sociólogo francês*. [eBiografia]. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/emile_durkheim/>. Acesso em: 15: nov. 2022.

_____. *Karl Marx – Filósofo e revolucionário alemão*. [eBiografia]. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/karl_marx/#:~:text=Karl%20Marx%20\(1818%E2%80%931883\),%2C%20Pol%C3%ADtica%2C%20Direito%20e%20Economia.](https://www.ebiografia.com/karl_marx/#:~:text=Karl%20Marx%20(1818%E2%80%931883),%2C%20Pol%C3%ADtica%2C%20Direito%20e%20Economia.)>. Acesso em: 15: nov. 2022.

FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor*. [versão eletrônica]. [Tradução: Adriana Lopez]. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.

GOULART, N. *É responsabilidade da escola combater o bullying*. [Entrevista concedida por Marlene Snyder, diretora de desenvolvimento do programa anti-bullying do Instituto Olweus]. Publicado em: 10 abr. 2011. Disponível em:

<<https://veja.abril.com.br/educacao/e-responsabilidade-da-escola-combater-o-bullying/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

GUIMARÃES, T. *O bullying e o papel das escolas públicas*. Projeto de Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). São Francisco do Conde, 2019. 22p.

HAMMES, J.; SCHWINN, S. *Violência na escola: A prática do bullying e o caminho para a prevenção*. Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea & VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. Santa Cruz do Sul (RS), 2014.

HOCH, P.A. A série norte-americana 13 Reasons Why, a realidade brasileira e a violação de direitos fundamentais: Precisamos falar sobre (cyber)bullying. Porto Alegre, *Rev. de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, v. 4, n. 2, p. 44 – 60, jul.-dez., 2018.

LEVISKY, D. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

LIMA NETO, A. de S.; NETO, J. W. de O.; DROPA, R. F. Bullying na Escola: De quem é a Responsabilidade pela Coibição desta Prática? Londrina, *Revista do Direito Público*, v. 15, n. 2, mai.-ago., p. 155-176, 2020. DOI: 10.5433/24157-108104-1.2020v15n2 p. 155.

LINARDI, F. *O que é bullying?* Descubra o que é bullying. Publicado em: 01 jul. 2020. Atualizado em: 04 jul. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundoestranho/o-que-e-bullying/>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

LYRA, G. F. D.; CONSTANTINO, P.; FERREIRA, A. L. Quando a Violência Familiar Chega até a Escola. [Capítulo 6]. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.). *Impactos da violência na escola um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p. 147-175.

LOPES NETO, A. A. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. Rio de Janeiro, *Jornal de Pediatria*, vol. 81, 5º Supl., p. 164-172, 2005.

MACEDO, B. et al. *13 Reasons Why – Análise Transmidiática*. Disponível em: <<http://labcon.fafich.ufmg.br/13-reasons-why-analise-transmidiatica/>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MARX, K. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, M. C. de S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MOEHLECKE, S. Por uma Cultura de Educação em Direitos Humanos. [Capítulo 1]. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.). *Impactos da violência na escola um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p. 15-39.

MORAES, C. A. do P. Cyberbullying: um relato sobre violência escolar. *Linha Mestra*, n. 30, p. 785-789, set.-dez., 2016.lly

OLWEUS, D. *Bullying at School: What We Know and What We Can Do*. EUA: Wiley Blackwell, 1993.

NUNES, E. D. O *Suicídio* – reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX. Rio de Janeiro, *Cad. Saúde Públ.*, vo. 14, n. 1, p. 7-34, jan.-mar., 1998.

PEREIRA, S. *Bullying e suas implicações no ambiente escolar*. São Paulo: Paulos, 2009.

RIO DE JANEIRO. CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Lei N. 5.089. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do município do rio de janeiro e dá outras providências. Publicada em: 06 out. 2009. Disponível em: <<https://cmrio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/874130/lei-5089-09>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

RISTUM, M. *Bullying* Escolar. [Capítulo 4]. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.). *Impactos da violência na escola um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p. 95-119.

_____. Violência na Escola, da Escola e contra a Escola. [Capítulo 3]. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.). *Impactos da violência na escola um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p. 65-93.

RITTER, J. O. *O papel da escola frente ao bullying*. Monografia de Especialização. Curso de Pós-Graduação à Distância, Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011. 42 p.

RODRIGUES, M. M. A. Suicídio e Sociedade: um estudo comparativo de Durkheim e Marx. São Paulo, *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, v. 12, n. 4, p. 698-713, dez., 2009.

RODRIGUES, Y. A. *A responsabilidade da mídia na apresentação do suicídio: estudo de caso da série 13 Reasons Why*. Monografia de Graduação. Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Brasília, 2019. 59p.

ROLIM, M. *Bullying: o pesadelo da escola, um estudo de caso e notas do que fazer*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2008. 174p.

ROSSI, T. C. Posicionamentos e relações valorativas sobre gêneros e mídias digitais: uma análise sociológica da série 13 Reasons Why. [versão eletrônica]. Campinas, *Pro-Posições*, v. 32, p. 1-24, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0042>.

SANTOS, M. A. dos. *Estratégias de prevenção e combate ao bullying nas aulas de educação física no Colégio Estadual Tiradentes, Mimoso de Goiás, GO*. Monografia de Graduação. Pró-Licenciatura, Educação à Distância, Curso de Licenciatura, Faculdade de Educação Física, Polo Ceilândia-DF, Universidade de Brasília. CEILÂNDIA-DF, 2012. 59p.

SANTOS, T. M. de A. dos. *A representação da depressão e do suicídio em 13 Reasons Why*. Monografia de Graduação. Departamento de Audiovisuais e Publicidade, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília, 2018. 91 p.

SILVA, A. B. B. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. [versão eletrônica] Rio de Janeiro: Globo Livros, 2012. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/3330>>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, J. L.; OLIVEIRA, W.; BAZON, M.; CECÍLIO, S. Bullying na sala de aula: percepção e intervenção de professores. Rio de Janeiro, *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 65, n. 1, p. 121-137, 2013.

SILVA, J. O. da; RISTUM, M. A Violência Escolar no Contexto de Privação de Liberdade. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 30, n. 2, p. 232-247, 2010.

SILVA, N. D.; RODRIGUES, R. F. de L. A importância do psicólogo escolar: um olhar sobre a série “13 reasons why”. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, p. 1-31, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7361.